



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)

PLANO DE MANEJO
DA
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ

Março/2023

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Marina Silva

Presidência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Marcelo Marcelino - Presidente substituto

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Bernardo Ferreira Alves de Brito – Diretor substituto

Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação

Maurício Ferreira do Sacramento – Coordenador Geral

Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo

Daniel de Miranda Pinto de Castro – Coordenador

Gerência Regional do ICMBio no Nordeste – GR2

Rafael Camilo Laia – Gerente Regional

Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá

Ana Carolina Sena Barradas – Chefe

Equipe de Planejamento/ICMBio

- Aline Cristina Simões Leite – *Analista ambiental, RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá*
- Ana Carolina Sena Barradas - *Analista ambiental, RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá*
- Carina Tostes Abreu - *NGI ICMBio Abrolhos / Analista ambiental, Equipe Ampliada da COMAN/ICMBio*
- Iran Campello Normande – *Analista ambiental, RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá / Equipe Ampliada da COMAN/ICMBio*
- Jaciel Rodrigues de Vasconcelos - Representante da População Tradicional Beneficiária
- Maria Goretti de Melo Pinto - *Analista ambiental, COMAN/ICMBio*

Geoprocessamento e elaboração de mapas temáticos

- Marília Mesquita Repinaldo – *Analista ambiental, Centro TAMAR / ICMBio*
- Maria Lúcia Carvalho – *Analista ambiental, RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá*
- Miriam Rodrigues da Silva – *Geógrafa, CGCAP/DIMAN/ICMBio*

Moderadores da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo

- Carina Tostes Abreu - *Analista ambiental, NGI ICMBio Abrolhos /Equipe Ampliada da COMAN/ICMBio*
- Eduardo Barros – *Analista ambiental, CEPNOR /Equipe Ampliada da COMAN/ICMBio*
- Lílian Letícia Mitiko Hangae – *Analista ambiental, COMAN/ICMBio*
- Maria Goretti de Melo Pinto - *Analista ambiental, COMAN/ICMBio*

Relatoria da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo

- Diego da Silva Santos – *Prestador de serviço contratado via Projeto GEFMar/Funbio*
- Rafael Lustosa Siqueira - *Prestador de serviço contratado via Projeto GEFMar/Funbio*

Facilitação Gráfica

- Maurício Nunes - *Prestador de serviço contratado via Projeto GEFMar/Funbio*

Participantes da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo

- Alysson Cardoso – Conselho Municipal de Turismo de Jequiá da Praia
- Ana Carolina Sena Barradas – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
- Ana Paula Santos Oliveira - Comissão Nacional De Fortalecimento Das Reservas Extrativistas Costeiras E Marinhas (CONFREM)
- Antonio Manoel Soares Silva – ASBARQUE
- Bruno Stefanis – Instituto Biota
- Cynira França – IBAMA
- Cicero Basílio da Silva – Comunidade Lagoa Azeda
- Eliane Farias de Souza – Comunidade Mutuca
- Edinedja Rodrigues Vasconcellos – Comunidade Roçadinho
- Fabrício de Moraes Cavalcante – Batalhão da Polícia Militar Ambiental
- Gasparino Cavalcante Pessoa Amaral – Setor do Turismo (Dunas de Marapê)
- Iran Campello Normande - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
- Jaciel Rodrigues de Vasconcelos – Comunidade Ponta D'água
- Jitelma Maria dos Santos – Comunidade Ponta de Pedra
- José Augusto Celestino – Comunidade do Centro de Jequiá
- Kleber Alessandro Rodrigues e Rodrigues – Capitania dos Portos de Alagoas
- Luiz Antônio Gomes de Barros – Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Jequiá da Praia (SEMMARH)
- Maria Simirene dos Santos – Comunidade Roçadinho
- Nilton Zacarias Chagas – Comunidade do Centro de Jequiá
- Pedro Guilherme – Instituto Federal de Alagoas
- Wallison José da Silva – Prefeitura de Jequiá da Praia
- Ramilson Pinto dos Santos – Colônia de Pescadores e Associação de Barqueiros de Jequiá da Praia
- Rochana Andrade – Universidade Federal de Alagoas

Lagoa do Jequiá
Autor: Alysson Cardoso

*Oh natureza,
arraigando pela manhã
sua força com destreza
Quem dera pudesse apreciar
numa linha tênue
essa beleza de Jequiá
Oh lagoa de Jequiá
vidas dependem de ti
por que daí muitas labutas a praticar
Com palavras te definem
“és bela”
esquecendo da panela
que de muitos vem a sustentar
Belezas é o que teus olhos enxergam
pra mim é um contexto de salvação
sustento das mãos de Deus por uma nação
O pão de cada dia
famílias a entregar
cuidando dos filhos
da terra de Jequiá*

SUMÁRIO

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	7
INTRODUÇÃO	7
FICHA TÉCNICA DA RESEX MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ.....	9
BREVE DESCRIÇÃO DA RESEX MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ.....	11
PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS	14
PROPÓSITO DA RESEX MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ.....	14
DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA	14
RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS.....	15
PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS	17
LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS	17
ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS	18
QUESTÕES-CHAVE	25
PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS	27
SUBSÍDIOS PARA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	31
PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS	35
ZONEAMENTO	35
ZONA DE CONSERVAÇÃO.....	37
ZONA DE USO RESTRITO	37
ZONA DE USO COMUNITÁRIO.....	38
ZONA DE INFRAESTRUTURA	39
ZONA DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL.....	40
ZONA DE DIFERENTES INTERESSES PÚBLICOS	40
ZONA DE AMORTECIMENTO – PROPOSTA.....	41
NORMAS GERAIS	44
ATOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS	50
GLOSSÁRIO.....	51

ANEXOS

Anexo I. Diagramas de análise dos Recursos e Valores Fundamentais (RVF) da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.....	53
---	-----------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Elementos de um plano de manejo, segundo a abordagem estratégica utilizada pelo ICMBio.....	8
Figura 2. Mapa de localização da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.....	10
Figura 3. Zoneamento da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.....	36
Figura 4. Zona de Amortecimento proposta para a Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Análise do RVF Carapeba.....	19
Quadro 2. Análise do RVF Cultura da pesca artesanal.....	20
Quadro 3. Análise do RVF Beleza cênica e Turismo de base comunitária.....	21
Quadro 4. Análise do RVF Crustáceos.....	22
Quadro 5. Análise do RVF Tartarugas marinhas.....	23
Quadro 6. Análise do RVF Rios-lagoa-mar.....	24
Quadro 7. Análise do RVF Manguezal.....	25
Quadro 8. Questões-chave.....	26
Quadro 9. Priorização das necessidades de planejamento.....	28
Quadro 10. Priorização das necessidades de dados.....	30
Quadro 11. Informações complementares sobre os assuntos a serem desenvolvidos nos projetos de interpretação ambiental	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resumo dos resultados da priorização das necessidades de planejamento.....	28
Tabela 2. Resumo dos resultados da priorização das necessidades de dados.....	29
Tabela 3. Tamanho das zonas de manejo e porcentagem em relação ao tamanho da Unidade.....	35

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia em regime especial vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que foi criado pela Lei nº 11.516, em 28/08/2007, e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Sua missão é “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”.

Cabe ao Instituto executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação (UC) instituídas pela União. Além disso, é sua função fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação federais.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 9.985/2000 (a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o Plano de Manejo (PM) é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais em uma unidade de conservação, incluindo a implantação de estruturas físicas necessárias à sua gestão.

O PM é um dos principais instrumentos de gestão da UC, pois constitui o seu documento oficial de planejamento, definindo quais usos serão desenvolvidos na UC, bem como onde e de que forma os usos poderão ocorrer. Também descreve a relevância da UC ao identificar o seu propósito, a sua significância e os seus recursos e valores fundamentais (RVF), fornece subsídios para interpretação ambiental, avalia as necessidades de planejamento e dados para a UC e identifica seus atos legais (ou regras específicas) e seus atos administrativos previamente existentes.

Para a elaboração do PM da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá (Resex Jequiá) foi adotada a abordagem estabelecida pela Instrução Normativa do ICMBio nº 7/2017, que prevê a realização de uma oficina, com 25 a 30 participantes com amplo conhecimento sobre a área, para construir o conteúdo do plano de manejo, apoiada pelo Guia do Participante, que é um caderno de orientações sobre a oficina com informações específicas da UC, previamente enviado aos convidados, juntamente com a caracterização e resumo de gestão da UC. As publicações utilizadas estão listadas na bibliografia.

A oficina de elaboração do PM da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá foi realizada entre os dias 22 e 26 de novembro de 2021, no hotel Maceió Atlantic Suites, Maceió - AL e foi a primeira realizada de forma presencial pelo ICMBio após o início da pandemia de Covid-19, contando com um protocolo sanitário que exigiu comprovante de vacinação, uso de máscaras, distanciamento e higienização das mãos com álcool em gel. Foi utilizado o método participativo descrito no Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2018), facilitado por servidores da COMAN/ICMBio, com a participação de 23 atores-chave dentre representantes do conselho deliberativo, servidores do ICMBio, representantes de associações, organizações não governamentais, representantes de órgãos públicos, além de professores e pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa que atuam na Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.

A principal vantagem de adotar essa estratégia para elaboração do PM é a oportunidade de integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões a partir de um único entendimento comum do que é mais importante para a unidade. Com base nesta abordagem, o plano de manejo possui várias funções relativas à unidade de conservação:

- Comunica aos diferentes públicos o que é mais importante, por meio de um documento objetivo.

- Concentra esforços nos recursos e valores fundamentais para a proteção, cruciais para atingir o seu propósito e manter a sua significância.
- Garante uma coerência quanto aos planos e decisões, além de contribuir com programas e ações subsequentes para atingir o propósito da unidade e outros objetivos.
- Serve de base para o desenvolvimento ou correção de todos os planejamentos posteriores.
- Descreve as diretrizes políticas para os recursos e valores fundamentais.
- Identifica as condições, ameaças e problemas em relação aos seus recursos e valores fundamentais.
- Identifica e prioriza planos, estudos e ações de manejo que são necessários para a unidade.
- Identifica as diferentes zonas de manejo e respectivas ações de manejo que visam atingir o seu propósito.
- Favorece a integração com planejamento institucional, a partir da consulta e descentralização de planejamentos específicos das unidades de conservação, para as coordenações específicas.

O plano de manejo deve incluir os seguintes elementos:

- Declaração de propósito
- Declarações de significância
- Recursos e valores fundamentais
- Subsídios para interpretação ambiental
- Questões-chave
- Avaliação das necessidades de dados e planejamento
- Zoneamento
- Normas gerais
- Atos legais e administrativos

A Figura 1 mostra as relações dos elementos de um plano de manejo na abordagem adotada pelo ICMBio, evidenciando que o desenvolvimento de um plano de manejo é um processo estruturado e que todos os seus elementos estão interligados.

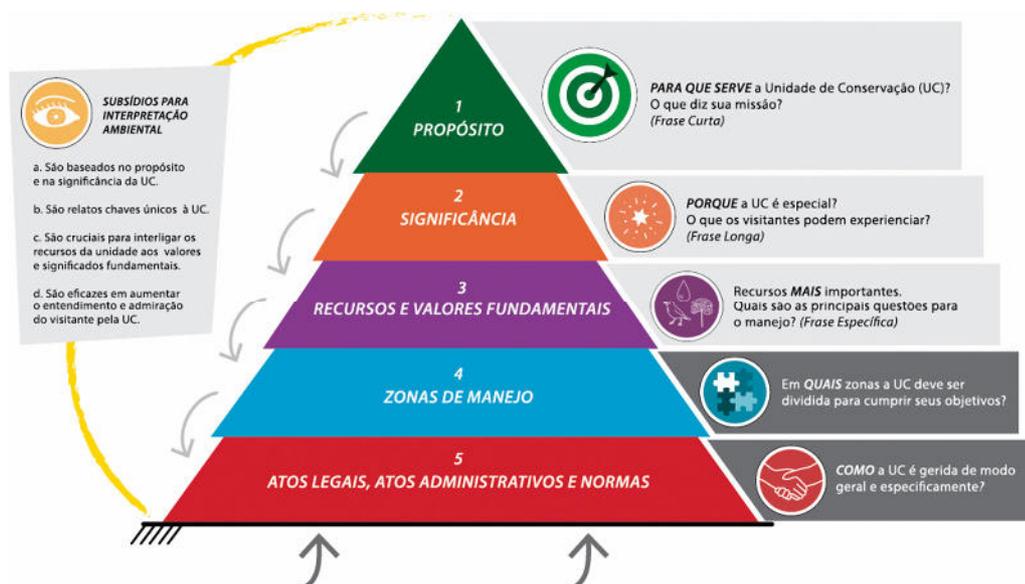


Figura 1. Elementos de um plano de manejo, segundo a abordagem estratégica utilizada pelo ICMBio.
Fonte: ICMBio, 2018

FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Nome da Unidade de Conservação:	
Reserva Extrativista Marinha Lagoa do Jequiá	
Endereço da Sede	Rua Santo Antônio, nº 886, Centro, Jequiá da Praia – AL CEP 57.255-000
Telefones	(82) 3276-5183 /Ramal ICMBio 9842
E-mail	Resexdojequia@icmbio.gov.br
Página na Internet	https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-da-lagoa-do-jequia
Superfície / área	10.203,90 hectares
Municípios abrangido pela UC	Jequiá da Praia e Coruripe
Unidade da Federação que abrange	Alagoas
Coordenadas geográficas	10°05'12,17" S e 35°59'44,67" W 09°56'0,43" S e 36°06'27,45" W 09°54'57,40" S e 36°03'45,47 W 09°58'7,87" S e 35°55'8,24" W
Data de Criação e Decreto	Criada pelo Decreto s/nº, de 27 de setembro de 2001
Bioma e Ecossistemas	Bioma Marinho Costeiro; Ecossistema litorâneo, manguezal e lagunar
Plano de Manejo Atual	Não possui.
Conselho Deliberativo:	Portaria Nº 73, 2 de setembro de 2011
Atividades Desenvolvidas	Gestão Socioambiental, Pesquisa, Monitoramento e Manejo da Biodiversidade, Uso Público, Proteção

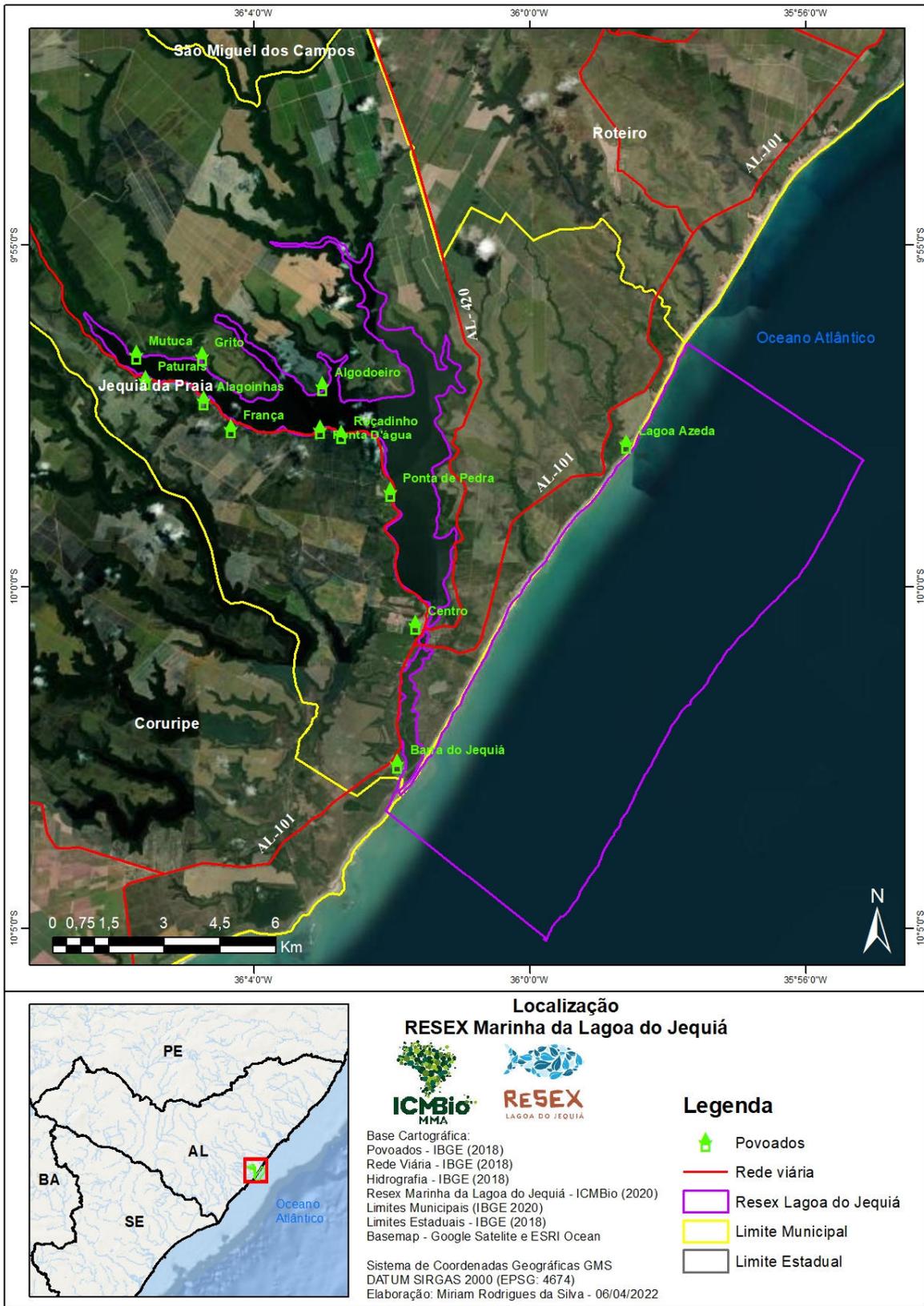


Figura 2 - Mapa de localização da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.

BREVE DESCRIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ

A Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá (Resex Marinha da Lagoa do Jequiá) é uma unidade de conservação (UC) federal localizada no sul da costa alagoana, inserida no município de Jequiá da Praia e uma pequena porção em Coruripe. Sua criação, em 2001, foi reivindicada por atores locais, como a Colônia Z-13, tendo como objetivo principal assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

O termo *jequiá*, que dá nome à Resex, tem origem indígena que significa “cesto com muitos peixes”. De fato, a fartura e diversidade de peixes na lagoa do Jequiá fez da pesca artesanal uma das principais atividades econômicas da região, sendo a base da cultura e reprodução social das comunidades locais que tradicionalmente pescam e fazem uso do território abrangido pela Resex.

Existem 12 comunidades vivendo no entorno imediato da Resex, sendo 10 no entorno da lagoa do Jequiá (Comunidades de Ponta de Pedra, Roçadinho, Ponta D’água, Mutuca, Grito, Algodoeiro, Centro, Alagoinhas, França e Paturais) e duas na região costeira (Lagoa Azeda e Barra do Jequiá).

Segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010), o município de Jequiá da Praia possui 12.029 habitantes, cerca de 3.000 famílias, das quais mais de 2.000 são consideradas beneficiárias da RESEX de acordo com o Perfil da Família Beneficiária, reconhecido na Portaria ICMBio nº 78/2014. Estima-se que 76% dos moradores de Jequiá exerçam direta ou indiretamente alguma atividade pesqueira, sendo que pelo menos 500 pescadores profissionais possuem Registro Geral de Pesca vinculado à Colônia Z-13, evidenciando o valor social, econômico e cultural da pesca na região. Complementarmente, o turismo de base comunitária, a criação de abelhas, atividades no meio urbano e nos canais exercem importante influência na economia local.

Com uma área de 10.203,90 hectares, a Resex protege vegetação de Mata Atlântica (matas ciliares) e ecossistemas marinhos-costeiros (laguna, manguezais, restinga, praias, terraços marinhos, cordões litorâneos, recifes costeiros e terrenos semi-pantanosos dos mangues). Os diferentes ecossistemas prestam diversos serviços ecossistêmicos de provisão (fornecimento de alimento, água doce), regulação (sequestro de carbono, regulação do clima), de suporte (ciclagem de nutrientes, dispersão de sementes) e culturais (recreação, contemplação, educação).

Popularmente conhecida como lagoa do Jequiá, tecnicamente, a lagoa é uma laguna, pois trata-se de uma depressão formada por água salobra ou salgada, localizada em borda litorânea com um canal de comunicação com o mar. É a terceira maior em extensão (menor que Manguaba e Mundaú) e a primeira em volume de água do estado de Alagoas. Possui 18 km de extensão e 1 km de largura que, juntamente com os seus ecossistemas associados, forma o complexo rio-lagoa-canal de Jequiá, sendo de fundamental importância para a pesca artesanal, devido à existência de manguezais e ao fluxo e refluxo das águas do mar que penetram pelo canal até a lagoa. O principal afluente dessa lagoa é o rio Jequiá, que se soma aos rios Taquari (conhecido localmente como Amiziado) e do Norte, além de outros riachos e córregos.

A margem esquerda da lagoa está em bom estado de conservação, com presença significativa de Mata Atlântica nas áreas de preservação permanente e diversas nascentes. Já a margem direita encontra-se mais antropizada com a presença de diversas comunidades ao longo do percurso.

Os manguezais, localizados no canal de comunicação entre a laguna e o mar e em áreas adjacentes à laguna e seus afluentes, desempenham um importante papel ecológico na garantia da segurança alimentar e meio de vida tradicional das comunidades locais. Formados pelo encontro das águas doces continentais com o oceano, esses estuários são considerados o berçário das espécies marinhas, uma vez que quase 90% dos peixes e invertebrados explorados para alimentação humana dependem do mangue em alguma fase da vida. O mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*) e o mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) são as espécies mais comuns nos manguezais da RESEX. Por ainda se encontrarem preservados, oferecem condições para a prática da pesca artesanal e têm garantido a sustentabilidade da atividade de turismo realizada pela comunidade, além de

proporcionar aparições frequentes de diversas espécies marinhas na região, como o peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*).

Ao menos 49 espécies ameaçadas de extinção já foram indicadas por especialistas como ocorrendo no interior da Resex e 11 são consideradas criticamente ameaçadas. Destacam-se o mero (*Epinephelus itajara*), o budião-azul ou bico-verde (*Scarus trispinosus*) e o guaiamun (*Cardisoma guanhumi*). Além do peixe-boi-marinho, quatro das cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil podem ser encontradas na Resex: a verde (*Chelonia mydas*), a cabeçuda (*Caretta caretta*), a oliva (*Lepidochelys olivacea*) e tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), sendo que todas estão ameaçadas de extinção. Destas, ao menos a tartaruga-oliva e a tartaruga-de-pente nidificam no interior da UC, realizando a postura de seus ovos nas praias arenosas de Jequiá.

Existem duas principais áreas de recifes de coral junto à linha de praia da Resex, sendo que a grande maioria dos recifes é formada por cordões de arenito, com várias formações submersas, distantes da costa. Já o conhecimento sobre estes “cabeços”, como são chamados popularmente os recifes de coral mesofóticos localizados a profundidades a partir de 30 metros e geralmente mais afastados da costa, está concentrado em poucos pescadores que utilizam estas áreas, sendo ainda muito pouco conhecidos pela comunidade acadêmica.

No que concerne a espécies exóticas invasoras, recentemente (março de 2022) foi registrada a presença do coral-sol (*Tubastraea sp.*) no naufrágio Itapagé, localizado a poucas milhas náuticas do limite da Resex. Esta espécie de coral compete com as espécies nativas por espaço e, por ter o crescimento mais rápido e não ter predadores naturais, pode alterar significativamente a estrutura das comunidades recifais onde se instala.

As áreas marinhas e de praia protegidas pela Resex apresentam um grande potencial turístico relacionado ao conjunto de areias brancas, águas cristalinas e recifes próximo à costa, como na foz do rio Jequiá, que atraem turistas de toda parte. Já a praia do Tabuado, cuja foz do rio de mesmo nome é ladeada por mangue e falésias, é de enorme beleza e tranquilidade, ainda muito pouco conhecida e frequentada, sendo um refúgio para quem busca praias desertas no litoral alagoano.

As principais ameaças aos ecossistemas da Resex e à manutenção do modo de vida tradicional de seus beneficiários são: a poluição decorrente de resíduos da indústria da cana-de-açúcar e de esgotos domésticos, a supressão de vegetação nas margens da lagoa e canal, gerando assoreamento dos corpos hídricos, a introdução de espécies exóticas invasoras, como a tilápia, o tucunaré, o coral-sol e a pesca irregular.

A pesca artesanal é a principal atividade realizada na área de abrangência da Resex, sendo observadas diferentes artes e técnicas de pesca, que variam de acordo com as áreas de uso e os recursos pesqueiros visados. É uma atividade tradicional, muitas vezes passada de pais para filhos, assim como os conhecimentos associados à sua prática e experiência, que estabelece o ritmo da vida cotidiana em permanente vínculo com a natureza, influenciando hábitos, dieta, costumes, organização social, festividades entre outras manifestações culturais e também religiosas.

Diante da necessidade de garantir o uso sustentável, conservar os recursos naturais renováveis e proteger os meios de vida e cultura da população extrativista local, conforme decreto de criação da unidade, foram construídos alguns instrumentos legais como forma de organizar o uso desses recursos, de identificar a população beneficiária da UC e promover a gestão participativa da RESEX. Dentre os instrumentos de gestão, destaca-se o Conselho Deliberativo criado por meio da Portaria nº 73, de 02 de setembro de 2011, o qual garante a participação social na gestão e decisões relacionadas à unidade, com representação majoritária para a população tradicional.

O Acordo de Gestão, elaborado de forma participativa e aprovado pela Portaria ICMBio nº 870/2018, é outro instrumento importante para atingir os objetivos de criação da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá. O Acordo, que traz regramentos relativos ao uso direto e indireto dos recursos naturais, foi revisado e parcialmente

incorporado a este plano de manejo, sendo sua a portaria revogada pelo mesmo ato de aprovação do presente plano.

PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS

Os componentes principais de um plano de manejo incluem o seu propósito, as declarações de significância, bem como os recursos e valores fundamentais. Esses componentes são considerados fundamentais porque geralmente não mudam com o tempo e devem ser considerados em planejamentos e esforços de manejo futuros.

PROPÓSITO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ

O propósito baseia-se em uma análise cuidadosa da razão de sua existência, incluindo a legislação e os estudos prévios à criação, os quais influenciaram a sua implantação. A declaração de propósito estabelece o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca da Unidade e vai além de apenas reafirmar o decreto de criação.

Assim, o propósito da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá é:

Localizada no litoral sul alagoano, a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá assegura o território pesqueiro, o modo de vida das comunidades tradicionais extrativistas, o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais marinhos, estuarinos e lagunares.

DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA

Declarações de significância expressam porque os recursos e valores de uma UC são importantes o bastante para justificar a sua criação e integração ao sistema federal de unidades de conservação. Tais declarações devem estar diretamente associadas ao seu propósito e tem base no conhecimento disponível, nas percepções culturais e no consenso entre os participantes da oficina. As declarações de significância descrevem a natureza única da unidade, bem como por que a área é importante no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos, que podem ser especificados. Tais declarações são usadas para orientar as decisões relativas ao manejo e ao planejamento, a fim de garantir que os recursos e valores que contribuem com a qualificação da unidade sejam preservados.

A Resex Marinha da Lagoa do Jequiá conta com cinco declarações de significância:

1. A pesca artesanal é a forma mais comum de se extrair os recursos pesqueiros na Resex Marinha da Lagoa do Jequiá, através do uso de várias técnicas e apetrechos, com o apoio de embarcações, ranchos de pesca e jiraus. O conhecimento tradicional é transmitido de geração para geração, através da prática diária, os filhos acompanham os pais desde cedo. A pesca traz o sustento das famílias jequiaenses há centenas de anos. A Resex Marinha da Lagoa do Jequiá proporciona um turismo ecológico sociocultural de experiências, embasado nas suas belezas naturais, lagoa, rio, mar e falésias. Detentora de uma rica gastronomia de pratos típicos, como o filé de siri e a carapeba, é também rica em cultura, com os exuberantes e rústicos atrativos da pesca artesanal, jiraus, barcos e barracas contracenando em perfeita harmonia entre os habitantes e a natureza.
2. A Resex Marinha da Lagoa do Jequiá abrange manguezais que contemplam lugar de berçário e proteção. O pescador encontra nele sustento e pão: o peixe, o caranguejo, o siri e o camarão.
3. Majestosa e conservada, a Resex Marinha da Lagoa do Jequiá possui ricos ecossistemas que abrigam diversas espécies ameaçadas de extinção, entre elas o mero, o bico-verde, o guaiamum, o boto-cinza e a jubarte. Seus exuberantes manguezais, com raízes escoras servem de berçário e proteção para diferentes espécies de peixes e crustáceos. As belas praias são importantes locais de repouso e

alimentação de aves migratórias como trinta-réis, maçarico e pardela, além de área de desova de tartarugas marinhas de pente, oliva e cabeçuda.

4. Alimentada pelos rios Jequiá, Amiziado e do Norte, a exuberante lagoa do Jequiá abriga uma diversidade de vida e cultura, banhando os povoados da lagunar até chegar ao centro, onde a lagoa se estreita, serpenteando entre mangues, lamas, dunas e restingas, um conjunto de ambientes difícil de encontrar em um só lugar. O rio segue esse ritual até as praias e os recifes de coral e quando não é o rio que desagua no mar, é o mar que se achega em Jequiá.

RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Os Recursos e Valores Fundamentais (RVF) são aqueles aspectos ambientais (espécies, ecossistemas ou processos ecológicos), sociais, culturais, históricos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que, em conjunto, são representativos de toda a UC. Eles devem ser levados em conta prioritariamente durante os processos de planejamento e manejo porque são essenciais para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Os RVF são afirmações específicas baseadas em características, espécies, sistemas, processos, experiências, histórias, cenas, sons, cheiros e outros atributos da unidade de conservação que estão intimamente ligados ao seu ato legal de criação e são mais específicos que as declarações de significância. Por isso, uma das responsabilidades mais importantes dos gestores é garantir a conservação e o desfrute público dos RVF, quando for o caso, pois se forem degradados, tanto o propósito quanto a significância da unidade podem estar em risco.

Os seguintes RVF foram identificados para a Resex Marinha da Lagoa do Jequiá:

Carapeba – pescada tradicionalmente com rede de emalhar e tarrafa, é a principal espécie comercial pescada na laguna de Jequiá. Além do seu sabor inigualável, sendo um dos pescados mais procurados na região, a Carapeba tem importância cultural, figurando como um símbolo de identidade do povo jequiaense, estando representada na bandeira da cidade e também na logomarca da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.

Cultura da pesca – A comunidade da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá, vem desenvolvendo as artes de pesca artesanal há várias gerações com diferentes técnicas e apetrechos: rede de emalhe, covo, tarrafas, ticuca, jereré, balsa, caiçara, puçá ou tetéia, arpão e anzol. Destaca como arte de pesca a “espia”, o “jirau” e a “balsa” que só se tem registro no rio Jequiá. E no mar pratica-se o arrastão para a pesca do camarão, espinhel, pesca de linha e a caceia (rede de espera). A pesca artesanal praticada na lagoa, canal e mar é a principal fonte de renda e manutenção do modo de vida dos pescadores e pescadoras, tendo como principais espécies de pescado: carapeba, camurim, curimã, camarão de água doce e siri (lagoa), camarão branco, rosinha, espigão, boca mole, pescada, guaraçuma, serra e lagosta (mar), entre outras, trazendo sentimento de pertencimento, interação com a natureza e reforçando a tradição de geração para geração.

Beleza cênica e Turismo de base comunitária– As praias desertas, as falésias, o encontro do rio Jequiá com o mar, a laguna, o rio Gelado e a culinária proporcionam experiências de turismo de base comunitária integradas com a cultura local, servindo como uma importante alternativa de geração de renda para a comunidade pesqueira, proporcionando um desenvolvimento sustentável para os beneficiários da Resex.

Crustáceos (siri e camarões marinhos e de água doce) – A Resex tem uma extensa diversidade de crustáceos de importância econômica e ecológica. Destacam-se os camarões marinhos (branco, rosinha e espigão) - usualmente pescados pela comunidade da Lagoa Azeda, com apoio de embarcações de arrasto; o camarão de água doce – tradicionalmente pescado pelas comunidades da região lagunar, com uso de covos; e o siri – pescado com ticuca, tetéia, puça e petrechos similares. Tais crustáceos são muito utilizados na culinária local e

importantes fontes de renda para grande parcela das comunidades extrativistas. Prestam, ainda, essencial serviço ecossistêmico de reciclagem da matéria orgânica.

Tartarugas marinhas – As carismáticas tartarugas marinhas (verde, oliva, de pente e cabeçuda), que utilizam a Resex como área de desova e alimentação, são também consideradas espécies guarda-chuva e bandeira, auxiliando na conservação dos ambientes costeiro-marinhos e facilitando a sensibilização para conservação das praias e restingas. Desempenha também funções ecológicas, servindo como alimento para peixes, aves e outros organismos, além de atuar no controle biológico de algas marinhas nos recifes de coral.

Complexo rios-lagoa-mar – Formado pelo encontro das águas continentais – rios Jequiá, Amiziado, do Norte e lagoa do Jequiá – com o oceano, desempenha importante papel ecológico, cultural e socioeconômico na garantia da segurança alimentar e meio de vida das comunidades tradicionais locais.

Manguezais – Localizados no canal de comunicação entre a lagoa e o mar e em áreas adjacentes à laguna e seus afluentes, os manguezais são berçários naturais e áreas de alimentação para diversas espécies marinhas, incluindo o peixe-boi.

PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS

Os componentes dinâmicos de um plano de manejo incluem o levantamento das necessidades de dados e planejamento, realizado a partir da análise dos recursos e valores fundamentais, da identificação das questões-chave. Também incluem a priorização das necessidades de dados e planejamento e a identificação de subsídios para interpretação ambiental. Esses componentes são denominados dinâmicos porque podem mudar com o tempo. Quando houver alterações no contexto relacionado às condições e tendências dos recursos e valores fundamentais e estes mudarem, a análise da necessidade de dados e planejamento precisará ser revisitada e revisada, juntamente com as questões-chave. Portanto, essa parte do plano será atualizada quando houver necessidade, não havendo um prazo determinado. Os subsídios para interpretação ambiental serão avaliados e poderão ser atualizados para sua inserção nos projetos interpretativos da UC.

LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS

Uma vez identificados os componentes fundamentais (Parte 1), é importante relacionar e avaliar a informação existente sobre os recursos e valores fundamentais (RVF) da UC e desenvolver uma análise completa das necessidades de dados e de planejamento visando proteger os RVF e assegurar o propósito e a significância da Unidade.

A avaliação dos RVF é realizada em três etapas:

- i. Análise dos RVF, que inclui o levantamento das necessidades de dados e planejamento associados a cada RVF;
- ii. Identificação de questões-chave e das necessidades de dados e planejamentos associadas; e
- iii. Priorização das necessidades de dados e das necessidades de planejamento.

As necessidades de dados são informações provenientes de inventários, estudos, atividades de pesquisa e análises para fornecer conhecimento adequado sobre as condições e tendências dos RVF da UC, bem como as informações necessárias para elaborar e executar com êxito os planejamentos necessários para a UC.

As necessidades de planejamento são definidas visando a proteção de algum RVF ou a melhoria na sua condição atual. Com base nelas, serão elaborados os planejamentos específicos ou outros planejamentos, que incluem um conjunto de estratégias, ações ou atividades destinadas a proteger os RVF, propósito e significâncias da UC.

Os planejamentos específicos são os documentos de planejamento que preveem algum tipo de intervenção na biota da UC, seja decorrente de uso direto dos recursos naturais, uso indireto, instalação de infraestruturas ou alterações necessárias para manejo e conservação de espécies e ecossistemas.

Além de estratégias e ações, os planejamentos específicos podem contemplar um conjunto de normas que orientam a gestão e o uso da área, em complementação às normas previstas no presente plano de manejo. Conforme previsto na IN 07/2017, que estabelece as diretrizes para elaboração e revisão de planos de manejo de UCs federais, após aprovados, os planejamentos específicos são automaticamente incorporados ao Plano de Manejo da UC.

Tanto os planejamentos específicos quanto os outros planejamentos devem ser desenvolvidos pela equipe da UC em conjunto com o setor do ICMBio responsável pelo assunto em questão, conforme previsto no Catálogo de Produtos e Serviços (CPS) do ICMBio.

Já os planejamentos não previstos no CPS deverão ser desenvolvidos pela equipe da UC, junto com eventuais parceiros e quando pertinente, envolvendo os setores do ICMBio que podem contribuir com o respectivo planejamento.

ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS (RVF)

A análise de recursos e valores fundamentais (RVF) contém um diagnóstico que aponta as condições atuais, tendências, ameaças, necessidades de dados ou necessidades de planejamento relacionadas a cada recurso ou valor identificado durante a oficina de revisão do plano de manejo.

A sistematização desta análise para a Resex Marinha da Lagoa do Jequiá encontra-se nos quadros a seguir e foi elaborada com base nos diagramas constantes do anexo 1 deste Plano de Manejo.

RVF Carapeba

Na análise deste RVF foi considerado que a população de carapebas na Resex Marinha da Lagoa do Jequiá ocorre em uma abundância considerada razoável, com variação sazonal. A tendência é que a condição piore¹, se não houver ações de manejo. Dentre as ameaças identificadas podem ser destacadas a pesca utilizando petrechos irregulares, a poluição decorrente da usina de cana-de-açúcar e do acidente de derramamento de melaço, a poluição gerada pelo descarte inadequado de resíduos do siri, a captação de água com captura de alevinos para irrigação de plantações de cana-de-açúcar, o turismo desordenado, o descarte inadequado de lixo e esgoto doméstico, o assoreamento do rio e a pesca irregular na área conhecida como berçário conforme Acordo de Gestão (500 m da boca do rio, definida como zona de conservação neste plano de manejo) (Quadro 1).

Para compreender melhor os efeitos destas ameaças sobre a UC, foi recomendada a realização de um estudo populacional da carapeba e a avaliação dos impactos do derramamento do melaço. Adicionalmente foi indicada a necessidade de realização de um estudo sobre os impactos da pesca de batida, para embasar sua regulamentação.

Para combater a ameaça da pesca irregular de carapebas foram indicados o **Planejamento de Ações de Fiscalização** (PLANAF) com o objetivo de realizar a fiscalização constante, especialmente nas feiras e o **Plano de Uso dos Recursos Naturais - Pesca**, visando promover o ordenamento da pesca, revendo normas e adequando o tamanho da malha para cada tipo de pescaria; e a realização do **Plano de Valorização da Cultura da Pesca Artesanal**, adotando a carapeba como símbolo.

O **Plano de Gestão de Resíduos Sólidos**, obrigação do município como consequência da implantação da lei dos resíduos sólidos, deve ter parceria com o ICMBio com objetivo de combater as ameaças do descarte inadequado do lixo nos ambientes da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá e da poluição por resíduos do siri, destinando estes para produção de adubo e concreto. Visando combater o despejo irregular de esgoto na lagoa e no canal, mas também de forma a mitigar os efeitos do assoreamento do rio causado pelos sedimentos carreados no sistema de drenagem de águas pluviais, foi sugerida a elaboração de um **Plano de Restauração de Áreas Degradadas**.

Para combater o turismo desordenado na Lagoa, foram indicados **Plano de Uso Público**, que tenham como objetivos incentivar o turismo de base comunitária e ordenar o turismo de forma geral no interior da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá. Por fim foi indicada a necessidade de definir uma zona e normas para fortalecer a restrição de uso da área de berçário (500 m da boca do rio) prevista no Acordo de Gestão.

¹ Durante a OPP, os oficinairos avaliaram uma tendência de manutenção de um “bom estado de conservação” das populações de carapeba. Todavia, pesquisas recentes indicam claramente percepções de diminuição do estoque. Desta forma, houve ajuste de valores do RVF para a V1 do PM.

Quadro 1 – Análise do RVF “Carapeba”.

Carapeba	
Condições atuais	Razoável, com variação sazonal
Tendências	Piora, se não houver a implementação de ações de manejo.
Ameaças	Pesca predatória (petrechos) Poluição (usina de açúcar e derramamento de melaço) Resíduos do siri Captação de água para irrigação de plantação de cana-de-açúcar (captura de alevinos) Turismo Desordenado Lixo e esgoto (descarte inadequado) Assoreamento do rio Pesca na área de berçário (500 m da boca do rio)
Necessidades de dados e/ou informações geográficas	Estudo populacional da carapeba Avaliação dos impactos do derramamento de melaço Estudo sobre os impactos da pesca de batida na Lagoa e canal
Necessidade de planejamento	Planejamento de Ações de Fiscalização - PLANAF Plano de Uso dos Recursos Naturais - Pesca Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos Plano de Uso Público com foco no TBC Plano de Restauração de Áreas Degradadas Plano de Valorização da Cultura da Pesca Artesanal Plano de Manejo (definir zona e normas para área de berçário) e fortalecimento de zoneamento restritivo

RVF Cultura da Pesca Artesanal

A cultura da pesca artesanal está atualmente em risco na Resex Marinha da Lagoa do Jequiá, apesar de ainda existir bastante conhecimento acumulado ao longo de gerações. A tendência atual é que este conhecimento diminua, caso não haja ações de valorização da cultura da pesca. Esta diminuição seria decorrente da falta de apoio à pesca artesanal e em pequena escala e de alterações no sistema socioecológico pesqueiro devido a expansão da ocupação e usos humanos, assoreamento, perda de habitats, disseminação de espécies exóticas e invasoras, contaminação, sobre-exploração e mudanças climáticas². Adicionalmente, são percebidos conflitos pelo uso do espaço, decorrente de pressões de grandes empreendimentos dos setores do agronegócio e turismo de larga escala, além da especulação imobiliária. Outro fator de ameaça à cultura da pesca é a existência de normas e petrechos inadequados (Quadro 2). Foi ainda identificada a necessidade de se atualizar o cadastro das palhoças como casas de barco e jiraus e buscar garantias para permanência e regularização dos ranchos de pesca.

Para combater esta tendência, seria necessário um **Programa de Educação Ambiental** de forma a alertar os beneficiários sobre os prejuízos causados pela realização de práticas inadequadas, como rede muro e captura e comercialização do siri de coral, entre outros. Como parte deste programa, deverá ser elaborado um **Plano**

² <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6281/4664>

de Valorização da Cultura da Pesca Artesanal, contendo uma agenda cultural para valorizar a pesca artesanal, a construção de petrechos artesanais e a culinária local, a realização de eventos como a corrida de canoa a vela e a estruturação da Casa do Pescador como um espaço dedicado à cultura da pesca artesanal em Jequiá da Praia.

O **Plano de Infraestrutura de Apoio à Pesca** é considerado ainda um importante elemento para fortalecer a cultura da pesca artesanal, uma vez que a Resex carece de estruturas básicas como píeres (atracadouros, especialmente no povoado Lagoa Azeda), fábricas de gelo e unidades de beneficiamento do pescado. Já o **Plano de Uso dos Recursos Naturais – Pesca** deve rever normas de pesca e uso dos recursos da UC, atuando em várias ameaças relacionadas à cultura da pesca artesanal, incluindo a diminuição do pescado, estando **essa** mais relacionada à necessidade de efetiva fiscalização da atividade, suportada pelo **Planejamento de Ações de Fiscalização** - PLANAF.

Por fim, um **Plano de Ordenamento das Construções na Água**, a ser elaborado em conjunto com a Capitania dos Portos de Alagoas, e um **Projetos de Sinalização** com o objetivo de informar usuários sobre zoneamento e normas, também foram apontados como importantes para reverter a tendência de perda de importantes elementos relacionados à cultura da pesca artesanal na Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.

Quadro 2 – Análise do RVF “Cultura da pesca artesanal”.

Cultura da pesca artesanal	
Condições atuais	Em declínio, mas ainda com elevado nível de conhecimento
Tendências	Piorar caso não existam ações de valorização
Ameaças	Desvalorização da cultura da pesca Diminuição do pescado Fiscalização do ICMBio inadequada quanto aos ranchos de pesca Conflitos de uso do espaço e acesso aos pesqueiros / recursos Normas e petrechos inadequados Uso de atrator de pesca (caiçara e pitimboia) Especulação imobiliária
Necessidades de dados e/ou informações geográficas	Atualizar cadastro de palhoças, ranchos e jiraus
Necessidade de planejamento	Plano de Uso dos Recursos Naturais - Pesca Planejamento de Ações de Fiscalização - PLANAF Rever normas de pesca e usos Plano de Manejo (zoneamento) Projetos de Sinalização Plano de Infraestrutura de Apoio à Pesca Programa de Educação Ambiental Plano de Valorização da Cultura da Pesca Artesanal Plano de Ordenamento das Construções em Água em parceria com a Marinha do Brasil

RVF Beleza cênica e turismo de base comunitária

Ao avaliar a condição atual do recurso Beleza cênica e turismo de base comunitária, constatou-se que há crescimento no interior da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá, devido ao contexto local. No entanto, são necessários dados de forma a obter um panorama atual da condição socioeconômica da população tradicional, realizando um recorte específico para aquela parcela da população engajada em atividades turísticas, promovendo uma ampla atualização cadastral dos beneficiários da UC. As atividades turísticas possuem duas

tendências contrárias para cenários com e sem ordenamento. No cenário sem ordenamento, a tendência observada é de degradação dos recursos naturais e ecossistemas da UC, devido ao impacto da atividade turística, e supressão do turismo de base comunitária por grandes empreendimentos. Já no cenário onde um ordenamento destas atividades turísticas é implementado, é esperada uma tendência de melhoria da qualidade de vida e renda para a comunidade da Resex (Quadro 3).

Dentre as ameaças podem ser destacadas o descarte inadequado de lixo, a falta de saneamento básico e o assoreamento de corpos d'água. Neste sentido, um **Plano de Gestão de Resíduos Sólidos**, voltado a implementação da Lei dos Resíduos Sólidos, é crucial para combater estas ameaças. A pressão de grandes empreendimentos turísticos e a expansão imobiliária desordenada também se constituem como ameaças ao recurso e o levantamento fundiário, inclusive do espaço urbano, do entorno da Resex fornecerá informações valiosas para o monitoramento da condição futura.

O desmatamento de mata ciliar e de mangue e a poluição sonora são também ameaças, e a elaboração e implementação de um **Planejamento de Ações de Fiscalização** é necessário para mitigar os danos potenciais. Este planejamento deve ainda atuar no sentido de conter a expansão imobiliária desordenada.

A falta de capacitação profissional para condutores e a falta de estrutura de atendimento ao visitante, aliadas ao conflito por uso do território entre a atividade tradicional da pesca e o turismo em processo de expansão, devem ser reduzidas através da elaboração do **Plano de Uso Público**. O Plano de Uso público deve contemplar um planejamento que aborde as questões centrais de uso do território pela atividade turística, incluindo a identificação de atrativos que gerem diferentes oportunidades de visitação, bem como estratégias de comunicação voltadas para sensibilização sobre a conservação dos recursos da UC nas atividades e serviços de visitação.

Para reduzir a tendência de degradação do RVF e ecossistemas de forma ampla, possibilitando que a sociedade contribua de forma mais efetiva com a conservação da Resex, é necessário um **Programa de Educação Ambiental**. Este Programa deve abranger os temas relacionados às diversas ameaças identificadas, além de um **Plano de Comunicação** para o turismo na UC. O **Plano de Comunicação** também deve ser direcionado para minimizar os impactos da expansão imobiliária, buscando mostrar a importância do meio ambiente também para valorizar seus empreendimentos e para os demais impactos observados, como descarte inadequado de resíduos sólidos e efluentes domésticos, desmatamento de mata ciliar e manguezal e poluição sonora.

Quadro 3 – Análise do RVF “Beleza cênica e turismo de base comunitária”.

Beleza cênica e turismo de base comunitária	
Condições atuais	Crescimento do turismo na Resex
Tendências	Sem ordenamento: degradação dos recursos e ecossistemas Com ordenamento: melhoria na qualidade de vida e renda da comunidade extrativista
Ameaças	Descarte inadequado de lixo Falta de Saneamento Assoreamento Pressão de grandes empreendimentos turísticos ao de base comunitária Expansão Imobiliária desordenada Desmatamento de mata ciliar e manguezal Poluição sonora Falta de capacitação profissional para receber o turista Falta de infraestrutura ao turismo Conflito entre pesca tradicional e turismo

Necessidades de dados e/ou sistemas de informação geográfica	Levantamento socioeconômico do turismo em geral Levantamento socioeconômico da população tradicional Atualização cadastral dos beneficiários Levantamento fundiário do entorno da Resex
Necessidades de planejamento	Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Planejamento de Ações de Fiscalização Programa de Educação Ambiental Plano de Comunicação Plano de Uso Público (PUP com foco em Turismo de Base Comunitária)

RVF Crustáceos

Foi avaliado que as populações de crustáceos na Resex Marinha da Lagoa do Jequiá estão diminuindo, especialmente as populações de camarão de água doce e siri, e apresentam tendência a piorar devido as ameaças identificadas. De forma a corroborar esta percepção, é necessário realizar o monitoramento da pesca e estudos sobre biologia reprodutiva e populacional dos crustáceos, incluindo pesquisas sobre pesca e populações dos camarões marinhos, uma lacuna de conhecimento para a gestão da UC (Quadro 4).

Além disso, foram elencadas como ameaças a poluição das águas por descarte inadequado de esgoto doméstico, agrotóxicos e rejeitos da cana-de-açúcar e descarte inadequado de resíduos sólidos, incluindo o descarte de resíduos de siri e despejo de óleo por embarcações. Para combater estas ameaças, é necessário implementar o **Plano de Gestão de Resíduos Sólidos**, com especial atenção para a **destinação de resíduos do siri**, um **Programa de Educação Ambiental** voltado tanto para usinas, quanto para pescadores e a comunidade em geral e um **Projetos de Sinalização**. Além disso, é necessário realizar o monitoramento da qualidade da água da laguna, de forma a obter os dados necessários para acompanhar os níveis de poluição e retroalimentar as estratégias desenvolvidas para o ambiente aquático continental. O assoreamento dos rios e da laguna e o crescimento urbano desordenado também constituem grandes ameaças para os crustáceos, sendo necessária a implementação de um **Plano de Restauração de Áreas Degradadas** e um **Plano de Prevenção de Impactos** direcionado para a mitigação dos impactos das outorgas para captação de água no interior da UC e das atividades sísmicas para exploração de óleo e gás, pois, mesmo que temporária e fora da UC, tende a impactar a pesca das espécies de camarão marinho praticadas por beneficiários da Resex. A pesca desordenada e a sobre-exploração também se constituem em ameaças significativas para as populações de crustáceos, tanto de água doce como do mar. Neste sentido, a elaboração do **Plano de Uso dos Recursos Naturais** específico para a pesca e do **Planejamento de Ações de Fiscalização** devem mitigar estes impactos, inclusive de forma a combater a pesca irregular durante o defeso do camarão marinho.

Quadro 4 – Análise do RVF “Crustáceos”.

Crustáceos	
Condições atuais	Diminuição das populações de siri e camarão
Tendências	Piorar
Ameaças	Poluição das águas (esgoto doméstico, agrotóxico e rejeito da cana-de-açúcar, resíduos sólidos) Assoreamento de rios e lagoa Crescimento urbano desordenado Pesca desordenada Sobre-exploração Prospecção sísmica (temporário) Descarte de resíduos de siri

	Óleo das embarcações
Necessidades de dados e/ou sistemas de informação geográfica	Monitoramento da pesca Monitoramento da qualidade da água Estudos de biologia reprodutiva e populacional das espécies de crustáceos
Necessidades de planejamento	Programa de Educação Ambiental Projetos de Sinalização (educação ambiental) Plano de gestão dos resíduos sólidos (apoio à implementação da Lei de Resíduos Sólidos), incluindo a destinação dos resíduos do siri Plano de Prevenção de Impactos (outorgas para captação de água) Plano de Restauração de Áreas Degradadas Plano de Uso dos Recursos Naturais - Pesca Planejamento de Ações de Fiscalização direcionado à pesca

RVF Tartarugas marinhas

As populações de tartarugas marinhas estão atualmente em crescimento na UC, como em grande parte do país e como resultado de esforços de conservação desenvolvidos ao longo dos últimos 40 anos. A tendência observada é que esta situação melhore, no entanto, ainda são necessários **estudos sobre biologia e ecologia das espécies, bem como um Plano de Comunicação** para valorização das tartarugas como espécie bandeira (Quadro 5).

A pesca incidental e pesca fantasma, a poluição por lixo, especialmente plástico, e atividades de produção e exploração de óleo e gás são ameaças reais para a conservação das espécies, gerando a necessidade de um **monitoramento sistemático de encalhes**, de implementação do **Plano Gestão de Resíduos Sólidos**, de um **Programa de Educação Ambiental** com foco na **sensibilização dos pescadores** e de um **Plano de Prevenção de Impactos**.

A ocupação de faixas de praia e a foto poluição, que ocorrem apenas de forma pontual na Resex Marinha da Lagoa do Jequiá, podem vir a prejudicar o sucesso reprodutivo das espécies. Assim, o **Plano de Ordenamento Territorial das Praias** é considerado importante para mitigar esta ameaça.

Quadro 5. Análise do RVF “tartarugas marinhas”

Tartarugas Marinhas	
Condições atuais	Melhora nas populações de tartarugas-marinhas
Tendências	Melhorar
Ameaças	Pesca incidental e pesca fantasma Lixo (plástico) Atividades de óleo e gás Ocupação da praia Fotopoluição
Necessidades de dados e/ou sistemas de informação geográfica	Monitoramento de encalhes e eventos reprodutivos Estudos sobre biologia e ecologia das espécies
Necessidades de planejamento	Programa de Educação Ambiental (sensibilização dos pescadores) Plano de Comunicação (incluindo a valorização das tartarugas como espécie bandeira) Plano de gestão dos resíduos sólidos (apoio à implementação da lei de resíduos sólidos) Plano de ordenamento territorial das praias Plano de prevenção de impactos (petróleo e gás, outorgas de água)

RVF Rios-lagoa-mar

Um bom estado de conservação do recurso Rios-lagoa-mar foi observado. No entanto, existe uma tendência de piora do cenário e o aumento dos níveis de fósforo nas águas da lagoa, em outubro de 2021, alerta para esta tendência (Quadro 6).

Várias ameaças ao recurso foram identificadas, entre elas o derramamento de petróleo cru que atingiu o litoral do nordeste em 2019, exigindo um **Plano de Prevenção de Impactos** derivados da indústria do petróleo e gás, atualmente em expansão na região da foz do rio São Francisco e com impactos previstos para a região da Resex. A poluição das águas resultantes de esgoto doméstico, óleo despejado por motores de embarcação, rejeitos das usinas de cana-de-açúcar e de agrotóxicos e fertilizantes demandam o **Monitoramento da Qualidade da Água**. O descarte inadequado de resíduos sólidos é recorrente nestes ambientes e necessitam de um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.

O turismo náutico desordenado também pode trazer prejuízos para a UC e seus beneficiários, resultando em conflitos gerados pelo tráfego de embarcações de esporte e recreio em áreas utilizadas tradicionalmente para a pesca artesanal. Neste sentido, o **Plano de Uso Público** deve ordenar o uso do espaço, conciliando atividades de turismo de base comunitária e pesca e o **Planejamento de Ações de Fiscalização** deve prever ações de proteção de forma a coibir práticas em desacordo com os regramentos. Outras ameaças que devem ser coibidas pelo Plano Anual de Fiscalização são as construções irregulares, inclusive em praias e resultando em alteração na dinâmica de sedimentação, e os desmatamentos em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Ainda, as plantações e construções nos platôs possibilitam a exposição e consequente perda de solo durante as chuvas, gerando assoreamento dos corpos d'água e prejudicando significativamente estes ecossistemas. Neste sentido, se faz necessário um **Estudo de viabilidade e impactos da dragagem** de áreas mais assoreadas e um Plano de Restauração de Áreas Degradadas.

Quadro 6 – Análise do RVF “Rios-lagoa-mar”.

Rios-lagoa-mar	
Condições atuais	Bom estado de conservação
Tendências	Piora nas condições de conservação do RVF
Ameaças	Esgoto doméstico Derramamento de óleo (petróleo) Usina de cana-de-açúcar Turismo náutico desordenado Derramamento de óleo por motores de rabeta Descarte inadequado de resíduos sólidos Assoreamento (plantação nos platôs com perda de solo nas chuvas) Agrotóxicos e fertilizantes Construções desordenadas Desmatamento de APP Alteração na dinâmica de sedimentos (construções irregulares nas praias)
Necessidades de dados e/ou sistemas de informação geográfica	Monitoramento da qualidade de água Estudo de viabilidade e impactos da dragagem
Necessidades de planejamento	Plano de Prevenção de Impactos (petróleo e gás) Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Planejamento de Ações de Fiscalização Programa de Educação Ambiental Plano de Restauração de Áreas Degradadas Plano de Uso Público (PUP com foco em Turismo de Base Comunitária)

RVF Manguezal

Os manguezais da Resex apresentam um bom estado de conservação, sendo observada a tendência de incremento da área coberta por este ecossistema no interior da UC. Neste sentido, devido à importância socioambiental dos manguezais, é necessário o monitoramento sistemático, inclusive com a aplicação de protocolos do **Programa Monitora do ICMBio (componente manguezal)** (Quadro 7).

Uma das principais ameaças identificadas para o recurso foi o crescimento urbano, gerando aterramento e desmatamento de áreas de manguezal e incêndios, que devem ser combatidos através de um **Planejamento de Ações de Fiscalização**. Um **Programa de Educação Ambiental** que, além do crescimento urbano, atue no sentido de reduzir o descarte inadequado de resíduos sólidos e o **Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos** deve ser aliado ao aumento da implementação da Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos. O descarte inadequado de esgoto doméstico é outra ameaça identificada para a conservação dos manguezais da Unidade e deve ser combatida através do plano anual de fiscalização e acompanhado através do **Monitoramento da Qualidade de Água**.

Finalmente, um **Plano de Prevenção de Impactos** relativo à indústria do petróleo e gás deve ser elaborado e implementado, visando reduzir os impactos neste ambiente como os que ocorreram na ocasião do derramamento de petróleo em 2019.

Quadro 7 – Análise do RVF “Manguezal”.

Manguezal	
Condições atuais	Bom estado de conservação
Tendências	Incremento da área
Ameaças	Esgoto doméstico Derramamento de petróleo cru Crescimento urbano, aterro, desmatamento Descarte inadequado de resíduos sólidos Incêndios
Necessidades de dados e/ou sistemas de informação geográfica	Monitoramento do Manguezal (Programa Monitora) Monitoramento da Qualidade de Água
Necessidades de planejamento	Plano de Prevenção de Impactos (petróleo e gás) Plano de gestão dos resíduos sólidos (apoio à implementação da lei de resíduos sólidos) Planejamento de Ações de Fiscalização - PLANAF Programa de Educação Ambiental

QUESTÕES-CHAVE

As questões-chave descrevem dificuldades enfrentadas pela gestão da unidade, impedindo que esta seja efetiva. Normalmente são um gargalo de gestão para efetiva consolidação da UC. Elas são complementares aos recursos e valores fundamentais e podem abordar assuntos cruciais não diretamente ligados ao propósito e significância, mas que os afetem indiretamente. Normalmente, uma questão-chave é um problema que pode ser abordado por um esforço de planejamento futuro ou uma necessidade de captação de dados e que exige uma decisão de gestão.

Para a Resex Marinha da Lagoa do Jequiá foram identificadas seis questões-chave que estão relacionadas a organização social e melhoria das condições de moradia dos beneficiários da Resex, a carência de estrutura, pessoal e equipamentos da gestão da UC, a falta do CCDRU impossibilitando o acesso a políticas extrativistas, a

possibilidade de extinção local de espécies e dos prejuízos à biodiversidade causados pela introdução de espécies exóticas invasoras, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 8 - Questão-chave definida para a Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.

QUESTÕES-CHAVE: NECESSIDADE DE DADOS E PLANEJAMENTOS	
Questão-chave: Organização comunitária insuficiente	
Necessidade de Planejamento	Plano de Fortalecimento da organização comunitária, incluindo estratégias de comunicação para incentivar a participação.
Questão-chave: Moradias	
Necessidade de Planejamento	Plano para melhoria do acesso às políticas públicas (com foco em moradia)
Questão-chave: Carência de estrutura, recursos humanos e equipamentos	
Necessidade de Planejamento	Plano de Administração da Resex
Questão-chave: Falta do CCDRU para acesso a financiamento	
Necessidade de Planejamento	Plano para melhoria do acesso às políticas públicas (com foco em fomento de produção sustentável)
Questão-chave: Espécies que podem ter desaparecido na UC	
Necessidade de Dados	Estudo populacional e da viabilidade do repovoamento/reintrodução do mandim da piaba/lambari, e do mororó.
Questão-chave: Espécies Exóticas Invasoras (tucunaré, coral-sol e o peixe-leão)	
Necessidade de Planejamento	Plano de prevenção e controle de espécies exóticas invasoras.
Necessidade de Planejamento	Estabelecimento de zona de amortecimento
Necessidade de Dados	Estudo populacional do Tucunaré e seus impactos para nas espécies nativas.
Necessidade de Dados	Monitoramento dos ambientes recifais

A organização comunitária insuficiente foi apontada como uma importante questão-chave, uma vez que ela reflete baixa participação social no processo de gestão da Resex e conseqüentemente em muitos processos de lutas por direitos e melhoria das condições de vida e trabalho da população tradicional local. De forma a contornar este problema, foi sugerida a elaboração de um Plano de Fortalecimento da organização comunitária, incluindo estratégias de comunicação para incentivar a participação.

As condições deficitárias de moradia para os beneficiários foram elencadas como outra questão-chave. A situação fundiária do entorno da Resex, composta principalmente por latifúndios, e as limitações de ordem ambiental que impedem construções em áreas de preservação permanente (APPs), fazem com que exista limitação de terreno para construção de novas moradias, criando um déficit habitacional na região. Visando minimizar esta limitação, foi proposta a elaboração de um Plano para melhoria do acesso às políticas públicas, com foco em moradia. Neste mesmo contexto, a falta do contrato de concessão dos direitos reais de uso (CCDRU) da área da Resex para a comunidade beneficiária dificulta ainda mais o acesso a políticas públicas extrativistas, inclusive de moradia, e também foi apontada como uma questão-chave.

Outra questão-chave levantada está relacionada a carência de estrutura, recursos humanos e equipamentos do ICMBio na localidade de forma a realizar uma gestão adequada da UC. A ausência de embarcações para execução de atividades nos diferentes ecossistemas aquáticos da UC, a reduzida equipe de servidores e terceirizados e a ausência de uma sede própria, com espaço adequado para as diferentes demandas, dificultam sobremaneira uma gestão eficiente. Desta forma, foi sugerida a elaboração de um Plano de Administração para contornar tais deficiências.

O desaparecimento de espécies outrora comuns na lagoa, como o mandim ou lambari e o mororó são também questões-chave identificadas pelos participantes da oficina de plano de manejo. No entanto, existe uma necessidade de dados para abordar o problema de forma mais assertiva. Assim, foi consensuada a necessidade de elaboração de um estudo populacional e da viabilidade do repovoamento/reintrodução do mandim da piaba/lambari, e do mororó.

Por fim, a presença de espécies exóticas invasoras como o tucunaré e o coral-sol e a potencial invasão no curto prazo da área da UC pelo peixe-leão também foram definidas como questões-chave. Desta forma, foi apontada a necessidade de elaboração de um estudo populacional do Tucunaré e seus impactos para as espécies nativas e a necessidade de realização do monitoramento dos ambientes recifais. Já com o objetivo de mitigar os potenciais impactos decorrentes da chegada do coral sol e do peixe-leão, foi indicada a elaboração de um Plano de prevenção e controle de espécies exóticas invasoras e o estabelecimento de uma zona de amortecimento.

PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS

Considerando o grande número de necessidades de dados e planejamento elencados e os desafios para a sua implementação, é necessário realizar uma classificação por ordem de prioridade de execução. A construção de uma lista de prioridades ajuda a UC a concentrar seus esforços na proteção de recursos e valores fundamentais e, conseqüentemente, na sua significância e no seu propósito e a abordar suas questões de manejo mais importantes.

Primeiramente, as necessidades de planejamento e de dados dos recursos e valores fundamentais e das questões-chave que eram similares ou complementares entre si foram unidas para agrupar a informação e facilitar a análise. A partir desse agrupamento, foi realizada a priorização das **necessidades de dados** na primeira etapa e a priorização das **necessidades de planejamentos** na segunda etapa, com base nas perguntas abaixo:

- i. Necessidade de dados: A necessidade de dados é essencial para a conservação e gestão dos Recursos e Valores Fundamentais?
- ii. Necessidade de planejamento: A execução do planejamento favorece a resolução de conflitos ou combate as ameaças mais críticas da Resex?

Observando os critérios citados anteriormente, os participantes da oficina do plano de manejo votaram em cinco necessidades de dados e cinco necessidades de planejamento. Foi utilizado um formulário impresso para a votação e após a finalização, as necessidades de dados e de planejamentos foram ranqueadas separadamente e então classificadas quanto a prioridade, em alta, média ou baixa. Optou-se por agrupar os dados em intervalos de classes.

A partir do agrupamento dos resultados em três classes, ficou definido como prioridade baixa, para as **necessidades de planejamento**, os planejamentos que receberam de 1 (um) até 5 (cinco) votos, prioridade média os que receberam de 6 (seis) até 10 (dez) votos, e prioridade alta os planejamentos que receberam de 11 (onze) a 17 (dezesete) votos, conforme apresentado na Tabela 1 e no Quadro 9.

Tabela 1. Resumo dos resultados da priorização das necessidades de planejamentos.

CONTEXTO DA AVALIAÇÃO	PRIORIDADE ALTA	PRIORIDADE MÉDIA	PRIORIDADE BAIXA
Necessidades de planejamento (19)	5 (26 %)	5 (26%)	9 (47%)

Quadro 9. Priorização das necessidades de planejamento.

Recurso e Valor Fundamental ou questão-chave relacionada	Necessidades de Planejamentos	Necessidade de dados vinculados ao Planejamento	Prioridade (alta/média/baixa)	Tipo de planejamento 3
Carapeba/ Cultura da pesca artesanal/Crustáceos	Plano de uso dos recursos naturais – Pesca (Carapeba, Siri, Camarão)	Monitoramento da Pesca e Biodiversidade Associada; Estudo Populacional da Carapeba; estudo sobre impactos da pesca de batida na lagoa e canal	Alta	PE
Carapeba/ Cultura da pesca artesanal/Beleza cênica, TBC e Turismo ecológico/Crustáceos/Manguezais/Rios-Lagoa-Mar	Planejamento de Ações de Fiscalização	-	Alta	CPS
Carapeba/Rios-Lagoa-Mar	Plano de uso público (PUP com foco em Turismo de Base Comunitária)	-	Alta	PE
Questão-chave	Plano de Fortalecimento da organização comunitária	-	Alta	N
Questão-chave	Estabelecimento de Zona de Amortecimento	-	Alta	CPS
Cultura da pesca artesanal/Beleza cênica, TBC e Turismo ecológico/Tartarugas/Crustáceos/Manguezais	Programa de educação ambiental (com foco na pesca, no turismo, em tartarugas/pescadores, óleo das embarcações, poluição da água, manguezais)	-	Média	CPS
Carapeba/Beleza cênica, TBC e Turismo ecológico/Tartarugas/Crustáceos/Manguezais/Rios-Lagoa-Mar	Plano de gestão dos resíduos sólidos (apoio à implementação da lei de resíduos sólidos e destinação dos cascos de siri)	-	Média	N
Carapeba/ Cultura da pesca artesanal	Plano de valorização da cultura da pesca artesanal	-	Média	N

3 PE – Planos específicos previstos no Catálogo de Produtos e Serviços do ICMBio - CPS; CPS – Outros tipos de planejamentos ou serviços previstos no CPS; N – Não há qualquer tipo de planejamento ou serviço previsto no CPS;

Recurso e Valor Fundamental ou questão-chave relacionada	Necessidades de Planejamentos	Necessidade de dados vinculados ao Planejamento	Prioridade (alta/média/baixa)	Tipo de planejamento 3
Questão-chave	Plano de fortalecimento da organização comunitária		Média	N
Questão-chave	Plano de prevenção e combate às espécies exóticas e invasoras ⁴	--	Média	PE
Cultura da pesca artesanal/Crustáceos	Projetos de Sinalização (visitação, zoneamento, normas, educação ambiental)		Baixa	CPS
Questão-chave	Plano para melhoria do acesso às políticas públicas (com foco em moradia)	--	Baixa	CPS
Carapeba/Crustáceos/Rios-Lagoa-Mar	Plano de restauração de áreas degradadas (recomposição de APP e reflorestamento)	--	Baixa	PE
Cultura da pesca artesanal	Plano de infraestrutura (pier, fábrica de gelo e beneficiamento)	--	Baixa	CPS
Tartarugas/Crustáceos/Rios-Lagoa-Mar	Plano de prevenção de impactos (petróleo e gás, outorgas de água)	--	Baixa	CPS
Questão-chave: carência de estrutura, recursos humanos e equipamentos	Plano de administração da Resex	--	Baixa	N
Cultura da pesca artesanal	Plano de ordenamento das construções na água em parceria com a Marinha do Brasil	--	Baixa	N
Beleza cênica, TBC e Turismo ecológico/Tartarugas	Plano de comunicação (com foco em turismo, tartarugas)	--	Baixa	N
Tartarugas	Plano de Ordenamento Territorial de Praias	---	Baixa	N

Novamente, a partir do agrupamento dos resultados em três classes, ficou definido como prioridade baixa, para as **necessidades de dados**, as que receberam de 1 (um) até 5 (cinco) votos, prioridade média os que receberam de 6 (seis) até 10 (dez) votos, e prioridade alta os planejamentos que receberam de 11 (onze) a 15 (quinze) votos, conforme apresentado na Tabela 2 e no Quadro 10.

Tabela 2. Resumo dos resultados da priorização das necessidades de dados.

CONTEXTO DA AVALIAÇÃO	PRIORIDADE ALTA	PRIORIDADE MÉDIA	PRIORIDADE BAIXA
Necessidades de dados (17)	3 (17 %)	9 (52%)	5 (29%)

⁴ Priorização modificada pela equipe de planejamento devido à recente descoberta da ocorrência de coral-sol no naufrágio Itapagé, localizado nos arredores da Resex.

Quadro 10. Priorização das necessidades de dados.

Recurso e Valor Fundamental ou questão-chave relacionada	Necessidades de dados	Prioridade (alta/média/baixa)
Beleza cênica e TBC, Cultura da pesca artesanal	Atualização cadastral dos beneficiários da Resex	Alta
Crustáceos, Cultura da pesca artesanal	Monitoramento da pesca e biodiversidade associada (Monitora)	Alta
Questões-chave	Monitoramento de ambientes recifais	Alta
Cultura da pesca artesanal	Atualizar cadastro dos ranchos, palhoças e jiraus	Média
Beleza cênica e TBC	Levantamento socioeconômico da população tradicional	Média
Carapeba	Avaliação do derramamento do melaço	Média
Crustáceos	Estudos de biologia reprodutiva e populacional de crustáceos	Média
Manguezais	Monitoramento do manguezal (Monitora)	Média
Questão-chave	Estudo populacional e de viabilidade de repovoamento do mandim, piaba/lambari e mororó na lagoa	Média
Crustáceos	Mapear as lamas de camarão	Média
Beleza cênica e TBC	Levantamento socioeconômico do turismo em geral	Média
Questão-chave	Estudo populacional do tucunaré e dos seus impactos às espécies nativas	Média
Tartarugas/Crustáceos/Rios-Lagoa-Mar	Monitoramento da qualidade da água	Baixa
Complexo rios-lagoa-mar	Estudos de viabilidade e	Baixa

	impactos da dragagem na lagoa	
Beleza cênica e TBC	Levantamento fundiário do entorno da RESEX	Baixa
Tartaruga	Monitoramento de encalhes e eventos reprodutivos	Baixa
Tartaruga	Estudos de biologia e ecologia das espécies de tartaruga	Baixa

SUBSÍDIOS PARA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

Os subsídios para a interpretação ambiental reúnem conceitos, percepções-chave e mensagens relevantes sobre a UC que devem ser comunicados ao público. Eles derivam-se e devem refletir o propósito da UC, a sua significância, e os seus recursos e valores fundamentais.

Constituem uma ferramenta organizacional que revela e esclarece significados, conceitos, contextos e valores representados pelos recursos da UC. Os subsídios devem ser precisos e ter rebatimento nos setores científicos e educacionais atuais. Eles incentivam a exploração do contexto em que eventos ou processos naturais ocorreram, bem como os seus efeitos.

A interpretação ambiental permite forjar as conexões intelectuais e emocionais entre as pessoas e os recursos da UC. Por isso, os subsídios para interpretação ambiental não se referem à mera descrição do evento ou processo, mas sim oferecem elementos que serão utilizados para promover múltiplas oportunidades de vivenciar a UC e enriquecer a experiência de visita. Eles ajudam a explicar por que a história da UC é relevante para as pessoas, que podem não saber das conexões que possuem com um dado acontecimento, tempo ou local associado com a UC. Uma das maneiras de conquistar a atenção das pessoas é por meio de histórias significativas. As histórias atravessam gerações e podem conectar as pessoas intelectual e emocionalmente.

Os subsídios para interpretação ambiental são elementos para utilização nos diversos meios de comunicação da UC com a sociedade e, futuramente, subsidiarão a elaboração dos projetos de interpretação ambiental da UC, documento específico onde os subsídios serão complementados e onde serão desenvolvidos os temas interpretativos e as mensagens principais a serem transmitidas aos diferentes públicos. Os subsídios têm o objetivo de revelar e esclarecer significados, contextos e valores representados pelos recursos da UC.

A seguir estão dispostos os assuntos identificados pelos participantes da oficina de elaboração do Plano de Manejo juntamente com informações que podem ser usadas como subsídios para interpretação ambiental na Resex Marinha da Lagoa do Jequiá:

Quadro 11 – Informações complementares sobre os assuntos a serem desenvolvidos nos projetos de interpretação ambiental

Assunto	Relevância do assunto	Elementos tangíveis	Elementos intangíveis	Possíveis fontes de dados
<u>História da comunidade</u>	<p>Valorizar a história dos pescadores e comunidades, fazendo uma construção da linha do tempo.</p> <p>Cidade muito antiga, mergulhar no passado.</p>	<p>Cultura centenária (banho de espera, árvore centenária, roda de história)</p> <p>Festas religiosas (Nossa Senhora do Pilar, São Sebastião, Rovoados, São Pedro, Procissão na lagoa)</p> <p>Corrida de remo e vela</p> <p>Ocupação holandesa</p> <p>Pau-Brasil</p>	<p>Empoderamento</p> <p>Pertencimento</p> <p>Fortalecimento (mais protagonismo e organização comunitária)</p>	<p>Mestres e pessoas mais velhos para contar histórias</p> <p>Livro “Histórias de Alagoas, um pedaço do Brasil”, do escritor José Maurício</p> <p>Gonçalves Professor Álvaro Queiroz, história de Alagoas e formação de comunidades.</p> <p>Antigo museu</p>
<u>História da RESEX</u>	Para a comunidade entender a importância da Resex.	<p>Território de pesca</p> <p>Abaixo assinado para a criação</p> <p>Área preservada, recursos disponíveis (uso sustentável)</p>	<p>Luta, união e coletividade</p> <p>Participação social (confiança)</p> <p>Companheirismo (comunidade abraçada)</p> <p>Sensação de segurança</p>	Histórico de criação da unidade de conservação
<u>Modo de vida tradicional</u>	Turismo de experiência (TBC - pesca, siri)	<p>Pesca e ranchos de pesca</p> <p>Artes de pesca (jirau, espia, covo,</p>	<p>Prazer, sentimento de liberdade do pescador</p>	<p>Música “Tributo a Jequiá”</p> <p>TCC Nilton, “Artes de Pesca e Modos de Vida”</p>

		<p>cipó de sangue, samburá)</p> <p>Experiência do visitante com extrativismo (coleta de siri e caranguejo)</p> <p>Casa do pescador (local para contar história e museu do pescador)</p> <p>Casas de farinha</p> <p>Manifestações da cultura popular (Baiana, Chegança, Pastoril, Dança de Roda)</p> <p>Mani do Rosário</p> <p>Artesanato</p>	<p>Tradição, sustentabilidade e ancestralidade</p> <p>Fé e resistência</p> <p>Sobrevivência</p> <p>Autonomia</p>	
<u>Cartão postal da comunidade</u>		<p>Nascentes, fontes e bicas (Prata, Rio do Norte, Banho Gelado, Banho das Pedras)</p> <p>Mirante e pequenas dunas</p> <p>Pontais da Lagoa, nomes e história (Pirão Duro, Ladeira encaçada)</p>		

		Mangue (banho de lama) Remanescente de Mata Atlântica Ocorrência de espécies como jaguatirica, jacaré, capivara e garças		
<u>Geohistória do ambiente</u>				TCC Prof. Rochana, "Sedimentologia e Atlas Geoambiental"

Que es tu? Ao adentrar es singelo, desconhecido um paralelo... Paralelo do olhar com a razão. Fui feito de tolo pela percepção... Enxergo por hora a simplicidade... Um rio estreito e sem tonalidade... E chego até pensar... É mesmo nesse lugar...Que vamos adentrar? Oh razão, tu não sabes a decepção que me deste... quando adentrei... pude contemplar com vislumbre e logo me assegurei... percebi a veracidade, és um rio és de verdade, contemplo agora, o desconhecido, e agora? Agora, corro perigo... de fazer morada nesse lugar... Confesso que o som da água, canto dos pássaros, a voz da natureza me fez perceber... "raízes" no meu coração que não consigo descrever. Quem és tu? Inexplicável és obra da criação... uma água gelada que aquece o coração... faz pulsar a alegria... que o dia a dia ... tira sem pudor...Quem és tu? Teu nome é rio gelado, outrora desapercibido... E hoje tens um legado: tirar risos, emoções e olhares apaixonados.

Autor: Alysson Cardoso

PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS

Os componentes normativos do plano de manejo estabelecem o zoneamento, as normas das zonas e as normas gerais que devem presidir o uso da UC e o manejo dos recursos naturais, conforme previsto na Lei nº 9.985/2000 (SNUC). Também incluem os atos legais e administrativos que influenciam no ordenamento e uso da UC.

ZONEAMENTO

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, ao estabelecer usos diferenciados para cada zona segundo seus objetivos, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo de uma unidade de conservação.

De acordo com a Lei do Snuc (Lei nº 9985/2000), zoneamento é:

Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz. (BRASIL, 2000)

Assim, uma zona é uma parte do território que determina o manejo a fim de garantir que as ações tomadas sejam compatíveis com o propósito da unidade e levem à proteção de seus recursos e valores fundamentais.

O zoneamento da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá (Tabela 3 e Figura 3) foi construído durante a oficina de elaboração do Plano de Manejo, quando foram definidas as zonas, as normas das zonas e as normas gerais, de acordo com o Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2018).

Tabela 3: Tamanho das zonas de manejo e porcentagem em relação ao tamanho da Unidade.

ZONEAMENTO	ÁREA DA ZONA (hectares)	PORCENTAGEM DA UC (%)
Zona de Conservação	58,40	0,57
Zona de Uso Restrito	1.301,51	12,76
Zona de Uso Comunitário	8.820,54	86,50
Zona de Infraestrutura	14,79	0,15
Zona de Adequação Ambiental	0,85	0,01
Zona de Diferentes Interesses Públicos	0,69	0,01
Total	10.196,77	100,00

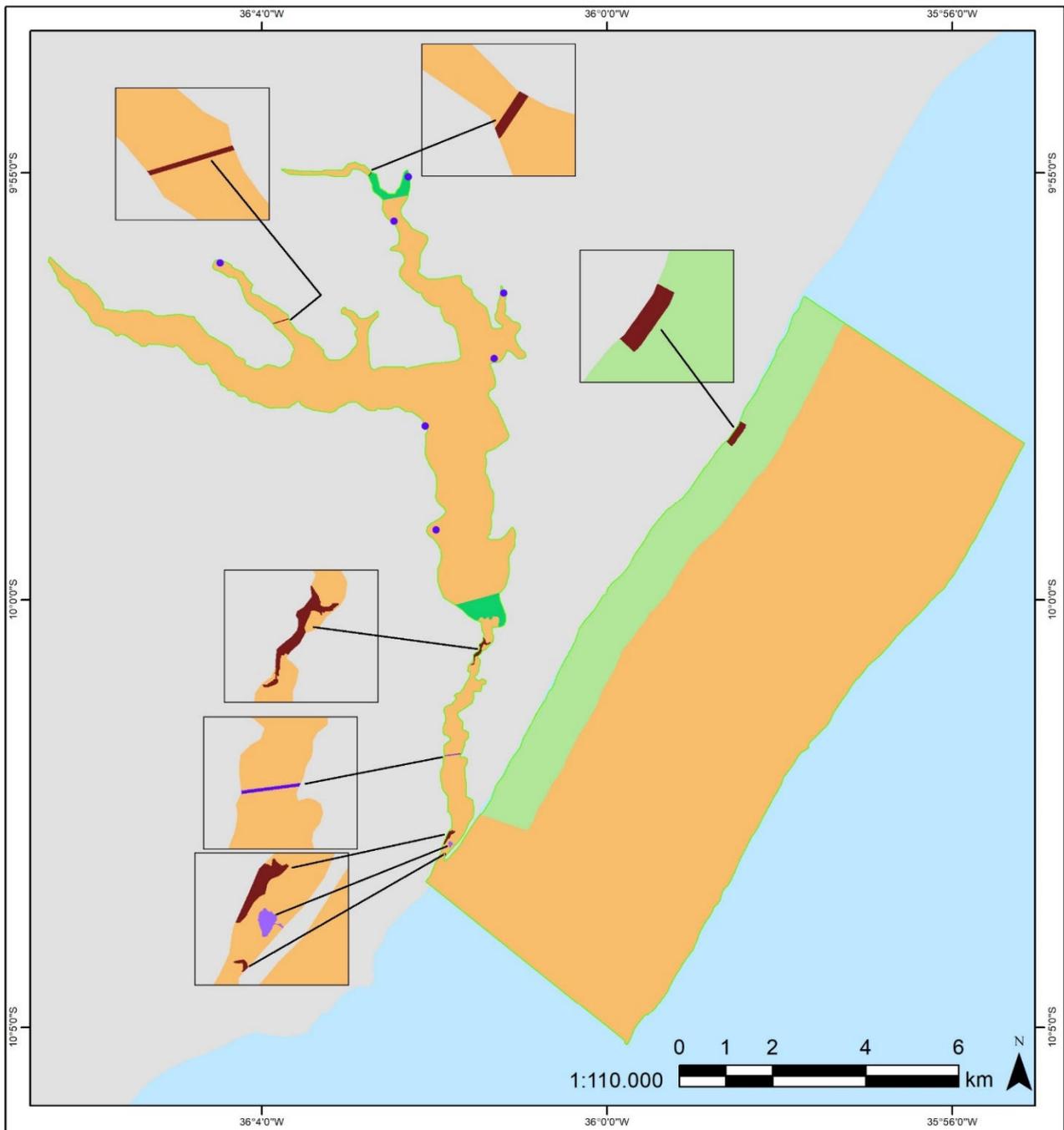


Figura 3. Zoneamento da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.

Zona de Conservação

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração, não sendo admitido uso direto dos recursos naturais. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração, quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reúna características ecológicas especiais. Na Resex Marinha da Lagoa do Jequiá, ressalta-se a existência de uma área de berçário de peixes e crustáceos nessa zona.

Objetivo geral do manejo: Manutenção do ambiente o mais natural possível e, ao mesmo tempo, dispor de condições primitivas para a realização das atividades de pesquisa e visitação de baixo grau de intervenção, respeitando-se as especificidades de cada categoria.

Delimitação: Zona composta por 2 polígonos, totalizando aproximadamente 58,40 hectares. O primeiro polígono localiza-se na região conhecida como berçário, no encontro da laguna com o canal do Jequiá e possui área de 38,36 hectares. Se estende da entrada do canal por aproximadamente 700 m até a localidade conhecida como píer na margem esquerda da laguna e por aproximadamente 560 m na margem direita, recortando e excluindo as casas de barco atualmente existentes em ambas as margens. O segundo polígono está localizado na região do norte grande, próximo ao acesso para a localidade banho gelado e possui aproximadamente 20,04 hectares de área.

Normas:

- 1- As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção⁵ e recuperação ambiental.
- 2- Pesca, cata ou uso direto dos recursos naturais e pesqueiros não são permitidos.
- 3- É permitida a passagem de embarcações sem parada e sem qualquer forma de uso de recursos naturais.
- 4- A instalação de infraestrutura física é permitida, quando estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos e segurança do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.
- 5- A parada e o fundeio de embarcações são permitidos somente quando tais procedimentos constituírem incidentes comuns de navegação, sejam impostos por motivos de força maior ou por dificuldade grave, ou tenham por fim prestar auxílio a pessoas, embarcações em perigo ou em dificuldade grave.

Zona de Uso Restrito

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração, sendo admitido uso direto de baixo impacto (eventual ou de pequena escala) dos recursos naturais.

⁵ Visitação de baixo grau de intervenção: corresponde às formas primitivas de visitação e recreação que ocorrem em áreas com alto grau de conservação, possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. Os encontros com outros grupos de visitantes são improváveis ou ocasionais. A infraestrutura, quando existente, é mínima e tem por objetivo a proteção dos recursos naturais e a segurança dos visitantes. É incomum a presença de estradas ou atividades motorizadas

Objetivo geral do manejo: Manutenção de um ambiente natural, conciliada ao uso direto de baixo impacto dos recursos naturais e realização de atividades de pesquisa e visitação de baixo grau de intervenção.

Delimitação: O polígono compreende área de praia da região compreendida entre o mirante da pedra grande até o limite norte da UC, na foz do rio Taboado, adentrando no mar por 1 quilômetro. Possui área de 1.301,51 hectares.

Normas:

1. As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção, recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural) e uso direto eventual e de baixo impacto dos recursos naturais.
2. O uso de recursos naturais de forma eventual ou em pequena escala é permitido, desde que cause baixo impacto à UC.
3. A visitação de baixo grau de intervenção é permitida, assim como a instalação de equipamentos facilitadores primitivos para segurança do visitante ou proteção do ambiente da zona, sempre em harmonia com a paisagem.
4. Os resíduos sólidos gerados por ocasião das atividades desenvolvidas nesta zona deverão ser retirados pelos próprios usuários e destinados a local apropriado.
5. Áreas de visitação destinadas a turismo ou embarcações particulares deverão ser regulamentadas por instrumento de gestão específico.
6. É proibida a utilização de rede de emalhe.

Zona de Uso Comunitário

Descrição: Esta zona é constituída por áreas naturais, podendo apresentar alterações antrópicas, onde os recursos naturais já são tradicionalmente utilizados pela população beneficiária ou que tenha potencial para o manejo comunitário destes.

Objetivo geral de manejo: Manutenção de um ambiente o mais próximo possível do natural, conciliada à integração da dinâmica social e econômica da população usuária na unidade de conservação, através do uso direto de moderado impacto nos recursos naturais, além da realização de atividades de pesquisa e visitação de médio grau de intervenção⁶.

Delimitação: É a maior zona da UC, compreendendo toda a extensão da laguna, canal e mar, com exceção das outras zonas, conforme delimitado no mapa de zoneamento, possuindo área de aproximadamente 8.820,54hectares.

⁶Visitação de médio grau de intervenção: É possível experimentar alto grau de naturalidade do ambiente, no entanto, já se pode detectar algum nível de alteração ambiental ou evidências de atividades humanas. O acesso a essas áreas pode ser realizado por veículos motorizados. Em ambientes terrestres, as estradas em geral não são pavimentadas. Os encontros com outros visitantes são mais comuns e, nas unidades de conservação de uso sustentável, pode haver a presença de moradores isolados possibilitando experimentar o modo de vida local. A infraestrutura é mínima ou moderada, tendo por objetivo, além da segurança e a proteção dos recursos naturais, melhorar a experiência e proporcionar comodidade ao visitante¹. São exemplos: ponte, pequenas edificações, mirante, escada, deck, acampamento, abrigo, banheiro, estrada com revestimento permeável, etc.

Normas:

- 1- As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental e visitação de médio grau de intervenção (a qual deve ser desenvolvida em compatibilidade com o uso de recursos naturais pelos usuários da UC)
- 2- É permitida a instalação de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas nesta zona, desde que ouvido o Conselho Deliberativo e autorizado pelo ICMBio.
- 3- A exploração de recursos pesqueiros deverá ser normatizada em planos específicos, em conformidade com a legislação vigente.
- 4- A visitação de média intervenção é permitida, desde que compatível com os usos da zona e deve ser objeto de plano específico.
- 5- No caso de instalação de cativeiro para conservação de peixes-boi, as normas deverão ser amplamente discutidas com as comunidades envolvidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da UC.
- 6- Os cabos de internet e demais estruturas submersas instaladas no interior da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá deverão passar por processo de regularização junto ao ICMBio, sem prejuízo de demais autorizações legais.
- 7- Novas estruturas submersas deverão possuir autorização do ICMBio previamente a sua instalação.

Zona de Infraestrutura

Descrição: É a zona constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Nela devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação e à administração da área.

Objetivo geral de manejo: Facilitar a realização das atividades de visitação com alto grau de intervenção, administrativas e de suporte às atividades produtivas, buscando minimizar o impacto dessas atividades sobre o ambiente natural e cultural da UC.

Delimitação: Esta zona é composta por cinco polígonos. Dois polígonos estão localizados na Barra do Jequiá, sendo o primeiro na foz do rio Jequiá, onde atualmente encontram-se instaladas as barracas de praia (0,34 ha), e o segundo se inicia em frente ao ponto de embarque da ASBARQUE e se estende até o final da praça, incluindo a área de atracagem e manutenção de embarcações (2,05 ha). O terceiro polígono compreende toda a região do canal do Jequiá localizado no centro do município e se estende até a localidade conhecida como prainha (3,11 ha). O quarto polígono está localizado na região marinha em frente à comunidade Lagoa Azeda e tem aproximadamente 8,16 ha). No quinto polígono, uma linha de distribuição de energia elétrica atravessa a laguna, conectando a rede dos povoados de Algodoeiro, Grito e Mutuca e possui uma área de 0,74 ha.

Normas:

- 1- As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção⁷ e administração da UC.
- 2- São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
- 3- As barracas de praia, as casas de barco e os jiraus não poderão conter estrutura de alvenaria.

⁷ Visitação com alto grau de intervenção: a visitação é intensiva e planejada para atender maior demanda. Ainda que haja oportunidade para a privacidade, os encontros e a interação podem ser frequentes entre os visitantes, funcionários e comunidade local. É comum a presença de grupos maiores de visitantes ou excursões.

- 4- Os efluentes gerados não poderão contaminar os recursos hídricos da Resex e seu tratamento deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto.
- 5- O ordenamento do trecho do canal de Jequiá, localizado no povoado da Barra do Jequiá, será normatizado através de Resolução do Conselho Deliberativo da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.

Zona de Adequação Ambiental

Descrição: É a zona que contém áreas consideravelmente antropizadas ou empreendimentos que não são de interesse público, onde será necessária a adoção de ações de manejo para deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação do ambiente e onde as espécies exóticas deverão ser erradicadas ou controladas. Zona provisória, uma vez recuperada será incorporada a uma das zonas permanentes.

O **objetivo geral de manejo** é deter a degradação dos recursos naturais e, quando possível, recompor a área, priorizando a recuperação natural dos ecossistemas degradados ou, conforme o caso, promovendo a recuperação induzida.

Delimitação: Compreende a ilha de manguezal e ponte de pedestres localizada na foz do rio Jequiá e atualmente utilizada pelo empreendimento Dunas de Marapé, respaldado por Termo de Ajustamento de Conduta celebrado junto ao ICMBio e Justiça Federal. Possui área de 0,85 hectares.

Normas:

1. As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, restauração de ecossistemas e visitação de médio grau de intervenção.
2. As infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona são permitidas.
3. A recuperação induzida dos ecossistemas é condicionada a um projeto específico, aprovado pelo órgão responsável pela administração da UC.
4. A visitação não pode impedir o processo de recuperação dos ecossistemas.
5. Os equipamentos facilitadores e serviços de apoio à visitação devem ser instalados sempre em harmonia com a paisagem natural.
6. O uso por não beneficiários somente será permitido mediante instrumentos jurídicos adequados e até que seja realizada a completa adequação da área.

Zona de Diferentes Interesses Públicos

Descrição: É a zona que contém áreas ocupadas por empreendimentos de interesse público ou soberania nacional, cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da UC ou com os seus objetivos de criação.

Objetivo geral de manejo: Compatibilizar os diferentes interesses públicos existentes na área, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a UC e ao alcance dos seus objetivos.

Delimitação: Esta zona possui um polígono, perfazendo 1,12 ha, localizado no canal do rio Jequiá nas proximidades da rodovia AL 101 Sul e a cerca de 1070 m em linha reta do Oceano Atlântico, no local onde está localizado um gasoduto da Petrobras. Também fazem parte da Zona sete pontos referentes a locais de captação

de água para fins particulares de abastecimento e irrigação, sendo devidamente outorgados pela Agência Nacional de Águas ou Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Normas:

- 1- As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação e sua infraestrutura (respeitadas as especificidades da UC e dos empreendimentos), atividades e serviços inerentes aos empreendimentos.
- 2- As empresas responsáveis pela operação dos empreendimentos são responsáveis por ações preventivas e mitigadoras de impactos sobre a UC.

Zona de Amortecimento (ZA) – proposta

As Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação Federais não tem sido criadas com os planos de manejo, devido a orientação jurídica vigente, salvo exceções. Entretanto, diante da grande pressão que o entorno exerce sobre a Resex, os participantes da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo, realizada em novembro de 2021, solicitaram que a proposta preliminar discutida fosse aqui incluída, para posterior refinamento. Na oportunidade foi identificado que o principal fator externo que pode impactar a RESEX é a ocupação desordenada da Área de Preservação Permanente (APP) no entorno da UC, de maneira que a instituição da ZA poderá melhorar sobremaneira a gestão da UC.

Descrição: A zona de amortecimento (ZA) é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Objetivo geral de manejo: A função da ZA é a contenção dos possíveis efeitos negativos externos sobre a UC, em especial ao alcance do seu objetivo de criação, como invasões de espécies exóticas, patógenos, poluentes, incêndios, atividades ilegais ou desordenadas etc., levando em consideração todo o contexto onde a área protegida está inserida.

Delimitação: A Zona de Amortecimento da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá sugerida na Oficina de Plano de Manejo será compreendida, quando vier a ser criada, pela faixa de APP nas áreas urbanas (30 m) e pela faixa remanescente de mata atlântica ao redor da laguna (aproximadamente 100 m), pelas calhas dos rios no entorno da laguna, incluindo sua vegetação ciliar, pelas falésias e faixas de APP contíguas a estas, bem como por uma faixa de 3 milhas náuticas além dos limites Leste, Norte e Sul do trecho marinho da UC, conforme figura 9 apresentada no Anexo.

Normas propostas:

1. Quaisquer atividades a serem implantadas ou desenvolvidas na ZA não poderão comprometer a integridade do patrimônio natural da UC.
2. Todo empreendimento ou atividade passível de licenciamento ambiental deverá ser analisado pelo órgão responsável pela administração da UC seguindo rito procedimental para Autorização para o Licenciamento Ambiental – ALA, o qual poderá autorizar (com ou sem restrições), estabelecer condicionantes, solicitar complementação de informações e ajustes no projeto com o intuito minimizar os impactos negativos significativos sobre a UC, declarar incompatibilidade ou indeferir a solicitação, conforme legislação vigente.

3. Todas as novas construções em terrenos à beira-mar, passíveis de licenciamento ambiental ou não, devem respeitar uma distância mínima de 33 metros da linha da maré máxima de sizígia no momento do início das obras.
4. Os ranchos de pesca em área de domínio da União deverão ser utilizados como apoio para as atividades pesqueiras e ser construídos com materiais naturais e ecológicos, sendo assegurado o livre acesso ao rio e à lagoa.

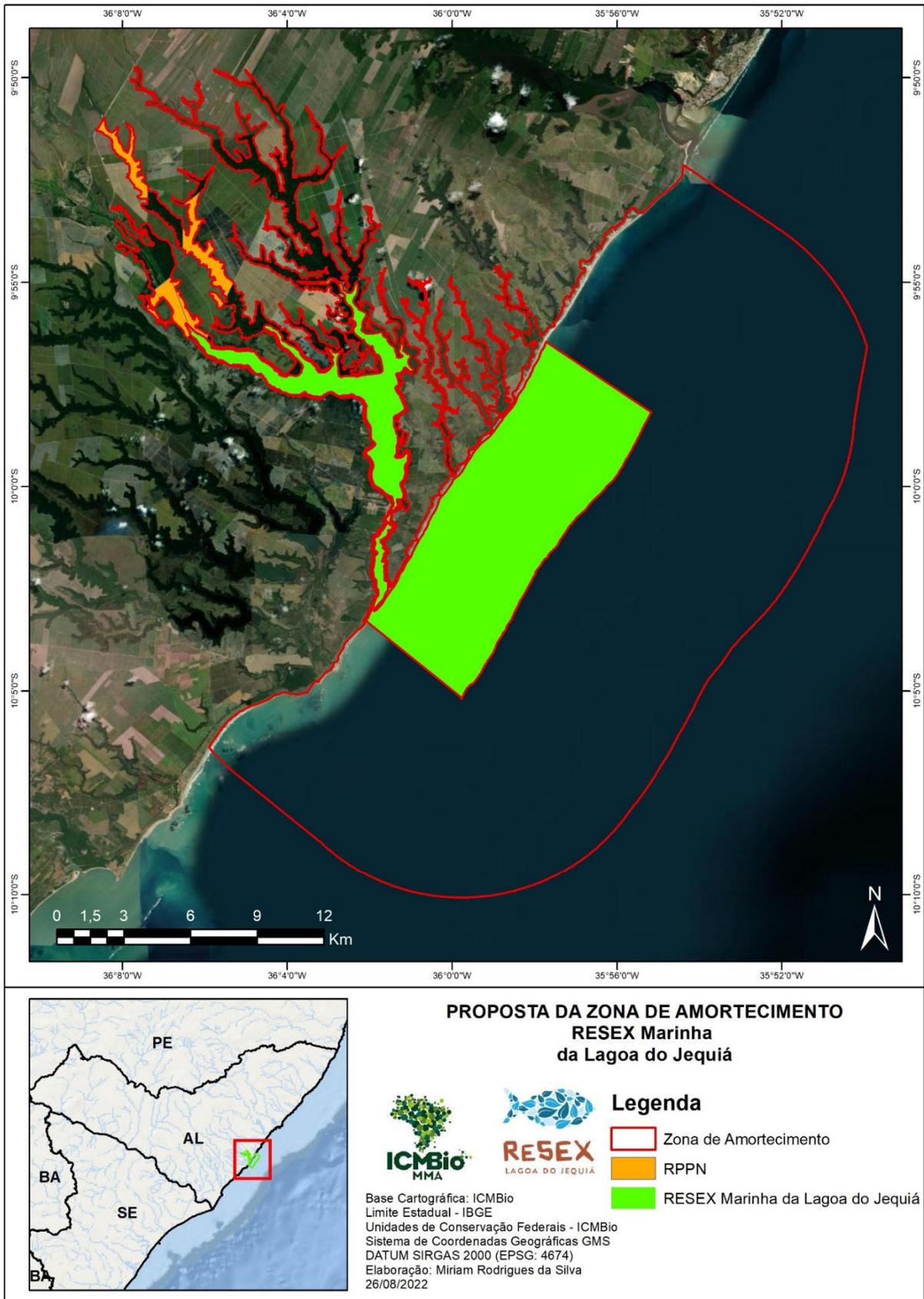


Figura 4. Zona de Amortecimento proposta para a Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.

NORMAS GERAIS PARA A RESEX MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ

PESCA E AQUICULTURA

1. É permitida, exclusivamente para as famílias beneficiárias da Resex, a pesca artesanal, de acordo com as normas deste plano de manejo, regulamentos específicos e a legislação vigente aplicável.
2. É permitida a pesca com malhadeira (mijuada) de no mínimo 40 mm (80 mm esticados entre nós opostos). O ordenamento de pescarias específicas que tradicionalmente utilizam algum tipo rede de emalhe com malha inferior à 40 mm, serão tratadas em Plano Específico da Pesca.
3. Em águas continentais (canal, estuário e lagoa), a pesca de tarrafa deve utilizar malha mínima de 35 mm (70 mm esticados entre nós opostos).
4. A pesca de ticuca deve utilizar malha de no mínimo 40 mm (80 mm esticados entre nós opostos e nylon ou "fio" de poliamida monofilamento no mínimo de 0,40 mm.
5. É proibida a utilização de técnicas predatórias de pesca, tais como explosivos e venenos.
6. É proibida a utilização da técnica de tapagem (rede de muro), quando a rede atravessa o curso d'água de margem a margem, devendo a rede utilizada não ultrapassar um terço (1/3) da largura do curso d'água.
7. É proibida a realização da pesca de arrasto ou de lambuda na lagoa e canal de Jequiá.
8. É permitida a pesca esportiva na RESEX por não-beneficiários, desde que em atividades de turismo de base comunitária (TBC) operadas e acompanhadas por beneficiários, com linha, caniço ou molinete, mediante regulamentação do órgão responsável pela administração da Resex.
9. É permitida a pesca amadora na RESEX por não-beneficiários, somente a convite e acompanhados por beneficiários, mesmo que sejam amigos ou parentes dos mesmos.
10. O pescado decorrente das atividades de pesca amadora e esportiva somente poderá ser consumido localmente.
11. As espécies exóticas (tucunaré e tilápia) capturadas durante atividades de pesca amadora e esportiva podem ser levadas para fora da UC.
12. O pescado decorrente dessa atividade (pesca amadora e esportiva) terá definição de limites (ex: cotas, tamanhos) em regulamento específico.
13. Não poderão ser autorizadas atividades de aquicultura até que o tema seja objeto de regulamentação específica.

EMBARCAÇÕES

14. É obrigatório o uso de protetor de hélice para todas as embarcações que utilizam motor de rabeta na lagoa e canal, exceto nos casos de embarcações de instituições públicas, em uso exclusivo em serviço.
15. Somente será permitido o trânsito de embarcações, em águas continentais, com motor até 20 hp de rabeta, mantendo uma velocidade máxima de até 10 km/h (5 nós), exceto nos casos de embarcações

de instituições públicas, em uso exclusivo em serviço e aqueles em manutenção prevista nas normas 57 e 58.

ESTRUTURAS DE APOIO À PESCA

16. Os jiraus e casas de barco deverão ser de uso exclusivo dos beneficiários da Resex e utilizados como apoio para as atividades pesqueiras, culturais e de lazer, devendo ser cadastrados pelo ICMBio.
17. Todos os jiraus e casas de barco devem possuir autorização do ICMBio.
18. Os jiraus e casas de barco existentes passarão por processo de regularização quanto aos materiais, mas sem prejuízo às demais autorizações legais.
19. Só poderão ser autorizados novos jiraus e casas de barco que estejam em acordo com os seguintes critérios: o usuário deve possuir cadastro junto ao ICMBio e ser enquadrado como beneficiário da Resex; devem ser preferencialmente utilizados materiais naturais e ecológicos; deve ser assegurado o livre acesso ao rio e à lagoa. O cumprimento desses critérios não substitui a necessidade outras autorizações legais.
20. O ordenamento das estruturas de apoio à pesca, incluindo o espaçamento entre elas, será detalhado em regulamento específico.

MELIPONICULTURA E APICULTURA

21. As atividades de meliponicultura e apicultura praticadas pelas comunidades beneficiárias são permitidas na Resex, seguindo orientações de boas práticas fornecidas pelo ICMBio e órgãos afins.
22. É permitida a atividade de apicultura, desde que aprovada pelo ICMBio, mediante manifestação do Conselho Deliberativo da Resex, considerando análise técnica de projeto específico e em compatibilidade com os outros usos permitidos na respectiva zona, sem prejuízo de outras autorizações legais. As áreas de produção devem ser amplamente sinalizadas para evitar acidentes.

GESTÃO DE RESÍDUOS

23. É proibido jogar quaisquer tipos de resíduos sólidos (lixo) na Resex, tais como sacos plásticos, garrafas, latas, vidros, pneus, restos de animais, restos de lixo doméstico, dentre outros.
24. Todo resíduo gerado na UC deverá ser destinado para local adequado.
25. É proibido descartar óleo queimado, restos de óleos, combustíveis e outros produtos químicos na Resex.
26. As embarcações que fazem a manutenção dentro da Resex devem buscar alternativas para o descarte dos resíduos, ficando proibido o descarte dentro da UC.
27. É proibido despejar esgoto doméstico, inclusive águas cinzas, na lagoa, no rio, na praia e no mar.
28. Fica proibido o descarte de efluentes na UC, decorrente de atividades de aquicultura realizadas fora dos limites da Unidade, bem como de outras atividades.

29. Em caso de empreendimento regularmente licenciado que tenha autorização para descarte de efluentes na lagoa, este deve passar por um processo de adequação que resulte na paralização do descarte.

ATIVIDADES TURÍSTICAS

30. A condução e gestão dos passeios e atividades turísticas comerciais dentro da Resex é de exclusividade dos beneficiários da UC.
31. As embarcações envolvidas nas operações de turismo no interior da Resex devem ser de propriedade dos beneficiários;
32. É necessário instrumento de delegação de serviço (Autorização de Uso, Permissão ou Concessão) para as atividades comerciais (passeios embarcados, mergulho, caiaque, stand up paddle, etc.) no interior da UC, conforme regulamentos específicos, sem prejuízo das demais autorizações dos órgãos competentes.
33. Todos os operadores de turismo náutico (marinheiros, barqueiros, canoeiros, mergulhadores, etc.) deverão passar por curso de condutores ofertado pelo ICMBio ou por instituições parceiras, conforme regulamentos específicos, sem prejuízo das demais autorizações dos órgãos competentes.
34. A utilização de novos barcos para operação de atividades turísticas no interior da RESEX deverá ocorrer mediante autorização do ICMBio, conforme planejamentos de uso público.
35. Fica proibido ofertar alimento para peixes e outros organismos marinhos com fins recreativos e turísticos.
36. Até que a UC disponha de projeto de sinalização, a instalação de sinalização indicativa de orientação e de segurança dos visitantes, pesquisadores e funcionários é permitida, mediante autorização do ICMBio, observadas as normas náuticas.
37. É permitido aparecer a logomarca de parceiros das iniciativas da UC na sinalização, de acordo com as orientações do ICMBio.

ESPORTES NÁUTICOS E EVENTOS

38. Fica proibida a prática de esportes náuticos motorizados na lagoa e rio (ex. lanchas e motonáutica), bem como os não motorizados que atinjam velocidade superior a 5 nós.
39. Fica permitida a prática de esportes náuticos não motorizados com exceção do “kitesurf” e do “windsurf” no rio e lagoa.
40. A realização de eventos em geral ou competições esportivas no interior da UC pode ser permitida, desde que previamente autorizada pelo ICMBio, ouvido o Conselho Deliberativo da Resex, considerados os impactos à experiência da visitação, aos recursos protegidos, às infraestruturas, ao zoneamento e às normas definidas, conforme projeto apresentado previamente pelo interessado, sem prejuízo das demais autorizações dos órgãos competentes.
41. Os eventos esportivos devem levar em consideração o protagonismo das comunidades beneficiárias da RESEX, sendo elas as principais favorecidas pelas atividades.

42. Os eventos esportivos não poderão conflitar com a atividade pesqueira.
43. Ficam previamente permitidos os eventos religiosos de São Pedro e São Sebastião, sem a utilização de veículos nas praias, dunas e restingas, sem prejuízo da autorização de outros órgãos.
44. Os resíduos e qualquer infraestrutura montada para atender aos eventos autorizados deverão ser retirados ao final das atividades, exceto quando sua permanência for de interesse da UC.

INFRAESTRUTURA

45. Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos e efluentes sanitários deve contar com um sistema de tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.
46. Toda obra de engenharia ou infraestrutura dentro da UC precisa de autorização do ICMBio, ouvido o Conselho Deliberativo, sem prejuízo das demais autorizações dos órgãos competentes.
47. A instalação de refletores, postes ou outras formas de iluminação, pública ou privada, orientada para praias e restingas e que possa resultar em fotopoluição e prejuízos ao ciclo reprodutivo das espécies de tartarugas marinhas de ocorrência na UC, deve ser submetida a processo autorizativo específico junto ao ICMBio, ouvido o Conselho Deliberativo.
48. Toda ponte ou quaisquer estruturas suspensas que atravessem de uma margem a outra dos cursos d'água da UC deverão ter altura suficiente de forma a permitir livre navegação de embarcações de beneficiários da RESEX.
49. Os píeres ou atracadouros devem ter acesso público, por água e por terra, bem como autorização do ICMBio, mediante manifestação do Conselho Deliberativo, sem prejuízo de demais autorizações pertinentes.

ANIMAIS SILVESTRES

50. É proibido tocar e perseguir as tartarugas marinhas, cetáceos, sirênios, pinípedes, aves marinhas e seus equipamentos de monitoramento, exceto para fins de pesquisa e manejo, devidamente autorizados.
51. A reintrodução de espécies ou indivíduos da fauna ou flora nativa, com registro de ocorrência local, para enriquecimento ou adensamento populacional e translocação, é permitida mediante projeto técnico-científico específico, autorizado pelo ICMBio, mediante manifestação do Conselho Deliberativo, conforme regulamentação vigente.
52. A soltura de espécime de fauna local é permitida quando a apreensão ocorrer logo após a sua captura no interior da Unidade ou entorno imediato, respeitado o mesmo tipo de ambiente.
53. A manutenção de animais silvestres nativos em cativeiro no interior da UC será permitida, exclusivamente, para implementação de programas de conservação que envolvam manejo populacional.

PESQUISA CIENTÍFICA

54. A realização de pesquisas científicas é permitida, desde que autorizadas na forma da legislação vigente.

55. Todo material utilizado para pesquisas e estudos dentro da UC deve ser retirado e o local reconstituído após a finalização dos trabalhos, exceto nos casos em que houver interesse da UC em sua manutenção.
56. Toda pessoa ou instituição que produzir material técnico ou científico a partir de dados coletados na UC ou com seus beneficiários, será convidada a realizar apresentação dos resultados dos trabalhos para o conselho deliberativo ou comunidade e deverá entregar uma cópia dos resultados para a comunidade, quando solicitado.

ORDENAMENTO DO TRECHO DO RIO JEQUIÁ NO POVOADO DA BARRA DO JEQUIÁ

57. A utilização do canal de Jequiá, incluindo a sua foz, para ancoragem e manutenção de embarcações é exclusiva para beneficiários da Resex, salvo em caso de emergência. As embarcações devem ser cadastradas e autorizadas pelo ICMBio para a utilização dessas áreas.
58. As embarcações de arrasto deverão ficar com os "braços fechados" quando adentrarem na barra do canal de Jequiá e enquanto ancoradas, exceto se precisarem fazer a manutenção nos braços, evitando, dessa forma, acidentes com outras embarcações.

ESPÉCIES EXÓTICAS

59. A restauração ambiental, o controle e a erradicação de plantas exóticas devem ser realizados mediante projeto previamente autorizado pelo ICMBio, podendo incluir o uso de herbicidas e formicidas de uso não-agrícola.
60. O controle e erradicação de espécies da fauna exótica ou alóctone, inclusive asselvajadas, devem ser realizados mediante autorização do ICMBio, podendo incluir o abate de animais.
61. Nos casos de detecção precoce de espécies exóticas com potencial invasor não será exigida a elaboração de projeto, podendo ser tomadas medidas imediatas, utilizando metodologias já reconhecidas, para o controle ou erradicação.
62. A introdução de espécies exóticas de quaisquer origens (animais, vegetais, etc.) na UC é proibida.
63. A soltura de animais exóticos e alóctones na UC é proibida, incluindo peixes e invertebrados.

TEMAS DIVERSOS

64. Fica proibido o tráfego e estacionamento de veículos motorizados em praias, dunas e restingas, exceto veículos oficiais ou devidamente autorizados para fins de fiscalização, atividade essencial dos comunitários, monitoramento e pesquisa.
65. É permitida a poda das árvores, inclusive de mangue, mediante autorização do ICMBio.
66. Novas outorgas para captação de água devem ser autorizadas pelo ICMBio, após manifestação do Conselho Deliberativo, sem prejuízo das autorizações ou licenças dos demais órgãos competentes.
67. As captações de água devem garantir a instalação e manutenção de telas para segurança das pessoas e da fauna.
68. O subsolo integra os limites da UC, sendo proibida a exploração direta de recursos minerais.

69. É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização do ICMBio, mediante manifestação do Conselho Deliberativo.
70. A manobra de aeronaves e máquinas, ou mesmo parte delas, no interior da UC, é proibida, quando em atividade de aplicação de agrotóxicos.
71. O pouso e a decolagem de aeronaves dentro dos limites da UC são admitidos somente para casos de emergência, resgate e atividades de proteção da UC.

ATOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS

Muitas das decisões de gestão de uma unidade de conservação são dirigidas ou influenciadas por atos legais e administrativos. Os atos legais são requisitos específicos que devem ser cumpridos, e podem ser expressos no diploma legal de criação da unidade, em legislação distinta após a sua designação ou em processo judicial. Os atos legais podem ampliar o propósito da unidade ou introduzir elementos não relacionados ao propósito.

Os atos administrativos são, em geral, acordos alcançados por meio de processos formais e documentados, como termos de reciprocidade, termos de compromisso, acordos de cooperação, convênios, entre outros. Exemplos incluem servidões, direitos de passagem, arranjos para respostas a serviços de emergência, contratos de concessão etc.

Atos legais e administrativos podem promover, em muitos casos, uma rede de parcerias que ajudam a cumprir os objetivos da unidade de conservação e facilitar as relações de trabalho com outras instituições. Juntos, os atos legais e administrativos constituem um componente essencial no planejamento e manejo da UC. A lista dos atos legais e administrativos existentes para a Resex Marinha da Lagoa do Jequiá até a publicação deste Plano de Manejo é a seguir apresentada:

Atos legais

Decreto Federal s/n, de 27 de setembro de 2001. Cria a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no Município de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas, e dá outras providências

Portaria nº 09/2007-CPAL: Aprova as Normas e Procedimentos para a Capitania dos Portos de Alagoas

Portaria ICMBio nº 73/2011: Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá/AL.

Portaria MMA Nº 443/2014: Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção".

Portaria MMA Nº 445/2014: Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos"

Portaria ICMBio nº 78/2014: Institui o perfil das famílias beneficiárias da RESEX Marinha lagoa do Jequiá.

Portaria ICMBio nº 125/2014: Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção, com ênfase nas 12 espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão. (Processo nº 02070.002911/2011-34).

Portaria ICMBio nº 870/2018: Institui o acordo de gestão da RESEX Marinha Lagoa do Jequiá, o qual visa estabelecer os regramentos do uso dos recursos naturais e disciplinar as atividades turísticas dentro da unidade de forma a garantir o acesso das famílias beneficiárias aos recursos disponíveis.

Portaria ICMBio nº 249/2018: Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação do Peixe-boi marinho, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, abrangência, supervisão e revisão (Processo SEI nº 02030.000037/2017-62).

Portaria ICMBio nº 286/2018: Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Marinhas - PAN Aves Marinhas, contemplando 13 táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo

geral, objetivos específicos, espécies contempladas, prazo de execução, abrangência e formas de implementação, supervisão e revisão (Processo SEI nº. 02061.000847/2017-51).

Instrução Normativa MMA Nº 14/2004: Proibir, anualmente, o exercício da pesca de camarão rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*), camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e camarão branco (*Litopenaeus schmitti*).

GLOSSÁRIO

Anzol: Gancho metálico pontiagudo, o qual pode ter diferentes formatos e tamanhos a depender da espécie alvo.

Arpão: Vergalhão de metal com borracha na extremidade, utilizado na pesca subaquática.

Balsa: Formato circular confeccionado com folhas de bananeira, ou sacos de plásticos. Arte de pesca passiva, a qual é disposta à deriva na superfície do rio, próximo ao estuário. Após seguir o curso do rio o pescado é recolhido com auxílio de puçá. Possui como espécies alvo o camarão e o siri.

Caiçara: Galhos de madeira fundeados, os quais são dispostos pelos pescadores com o intuito de proporcionar um ambiente para alimentação e abrigo para o pescado. Semanalmente, os pescadores cercam o local onde a “caiçara” está disposta com uma rede de emalhe e utilizam pedra para dispersar os peixes, os quais ficaram emalhados e posteriormente serão recolhidos.

Casa de barco: Estruturas construídas, total ou parcialmente sobre o espelho d’água da Lagoa do Jequiá, com finalidade principal de guarda das embarcações, para proteção contra o sol e demais intempéries que comprometem a conservação dos barcos.

Covo: São pequenas armadilhas transportáveis, que contam com uma ou mais aberturas (funil de entrada), para a entrada do pescado, sendo muito eficaz na captura de espécies de pouco movimento que vivem próximas ao fundo. Possuem formato cilíndrico ou semicilíndrico, confeccionados em madeira ou tela. Na face superior ou lateral do covo há uma abertura (janela de visita) para se retirar o pescado capturado. As armadilhas podem ser arriadas ao fundo individualmente ou em série, com o auxílio de uma linha mestra, de um ou mais arinques com poita e boia. Em geral são lançadas baterias de 10 ou mais armadilhas a uma distância de 3 metros uma da outra a depender do local onde estão sendo dispostas.

Espia: Escada de madeira vertical disposta próximo à margem da lagoa, utilizada pelos pescadores para observação de cardumes.

Jereré: Arco de madeira, entalhado a uma rede com cabo guia. Arte de pesca ativa, utilizada para fazer pequenos arrastos junto a margem de rios e lagoas.

Jirau: Estrutura de apoio, utilizada para desenvolver a pesca de tarrafa e para guardar o material de pesca.

Lambuda: Petrecho de pesca também conhecido como rede de arrasto. A panagem é confeccionada com nylon, cuja espessura e o tamanho da malha dependem das espécies alvo. A malha tem formato retangular, com chumbo, barras de concreto ou pedras na parte inferior e boias (de isopor) na parte superior da panagem. A altura da rede varia entre 5 m e 8 m. O barco é utilizado para transportar os pescadores para armarem a rede na Lagoa e retornarem imediatamente para a margem, onde a rede é puxada, por corda presa a ela.

Puçá ou Tetéia: Possui formato circular, feito vergalhão de ferro, entalhado a uma rede com um cabo guia. Arte de pesca ativa, utilizada para fazer pequenos arrastos junto a margem de rios e lagoas.

Rancho de pesca: estruturas de uso comum localizadas nas margens da lagoa, especialmente na região do “Norte Grande”. São utilizadas como ponto de apoio aos pescadores artesanais para pernoites, refeições e lazer.

Rede de emalhe: Arte de pesca passiva também conhecida como rede de espera, consiste em rede em formato retangular que é disposta no mar ou rios ou em pontos de passagem de cardumes. As redes de emalhar podem operar fixas ao fundo ou meia água, quando ficam fundeadas e sinalizadas por boias, ou de caceio, quando são deixadas à deriva, com uma das extremidades presa à embarcação.

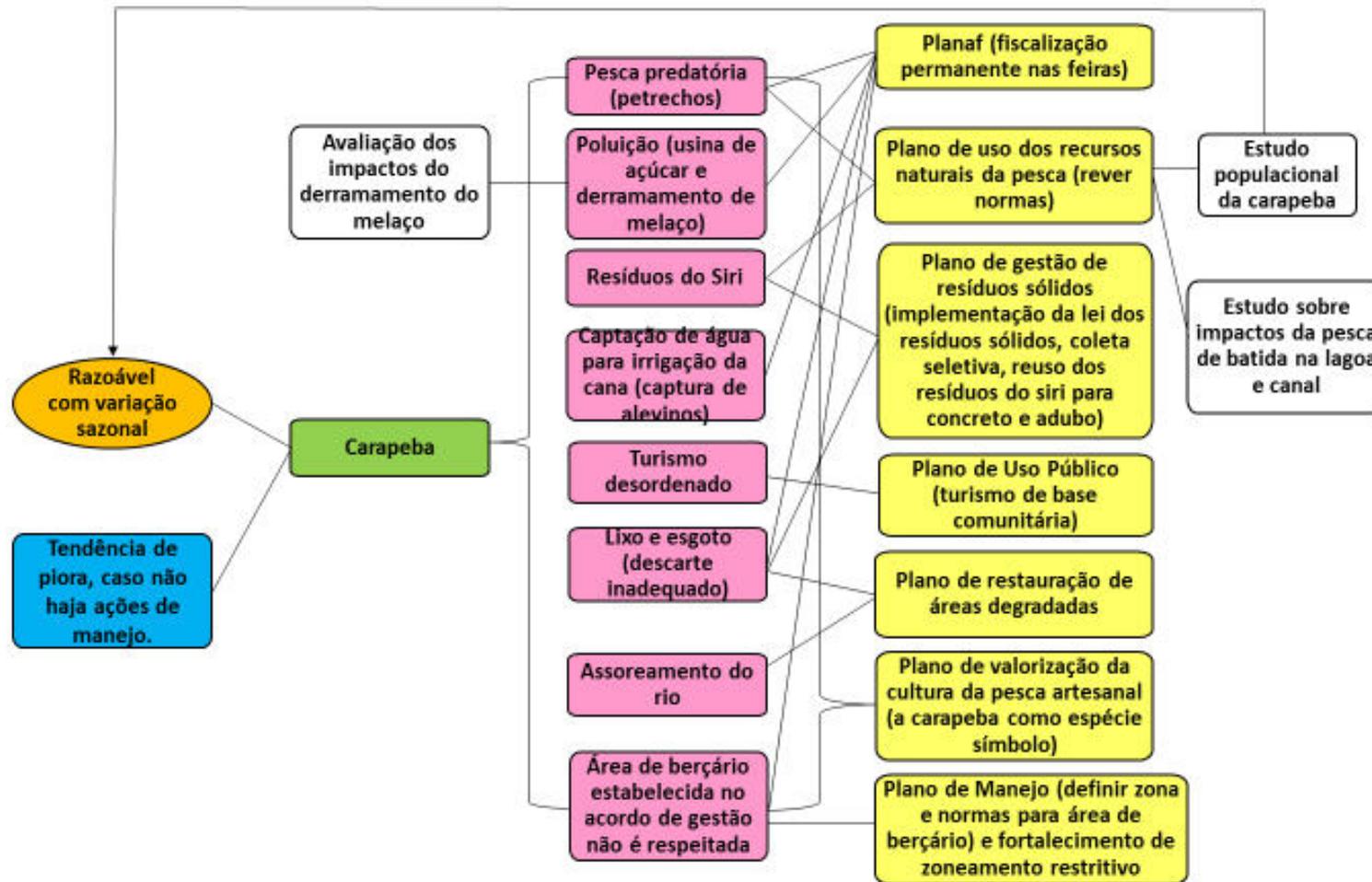
Siri de coral: siri do gênero *Callinectes sp.* do sexo feminino durante período reprodutivo. O termo coral refere-se à cor alaranjada característica das ovas da fêmea de siri, localmente também chamada de “siria”.

Tarrafa: A tarrafa tem a forma circular com um raio de 3 a 4 metros, confeccionada com malhas que variam de acordo com a espécie a que se destina. O bordo externo é provido de tralha guarnecida com peso de chumbo. Do centro da rede parte uma retinida (fiel) com cinco ou mais metros de comprimento que serve para o içamento do petrecho. É quase sempre tecida manualmente, uma vez que há necessidade de ser acrescido o número de malhas nas diversas carreiras, a fim de dar forma circular.

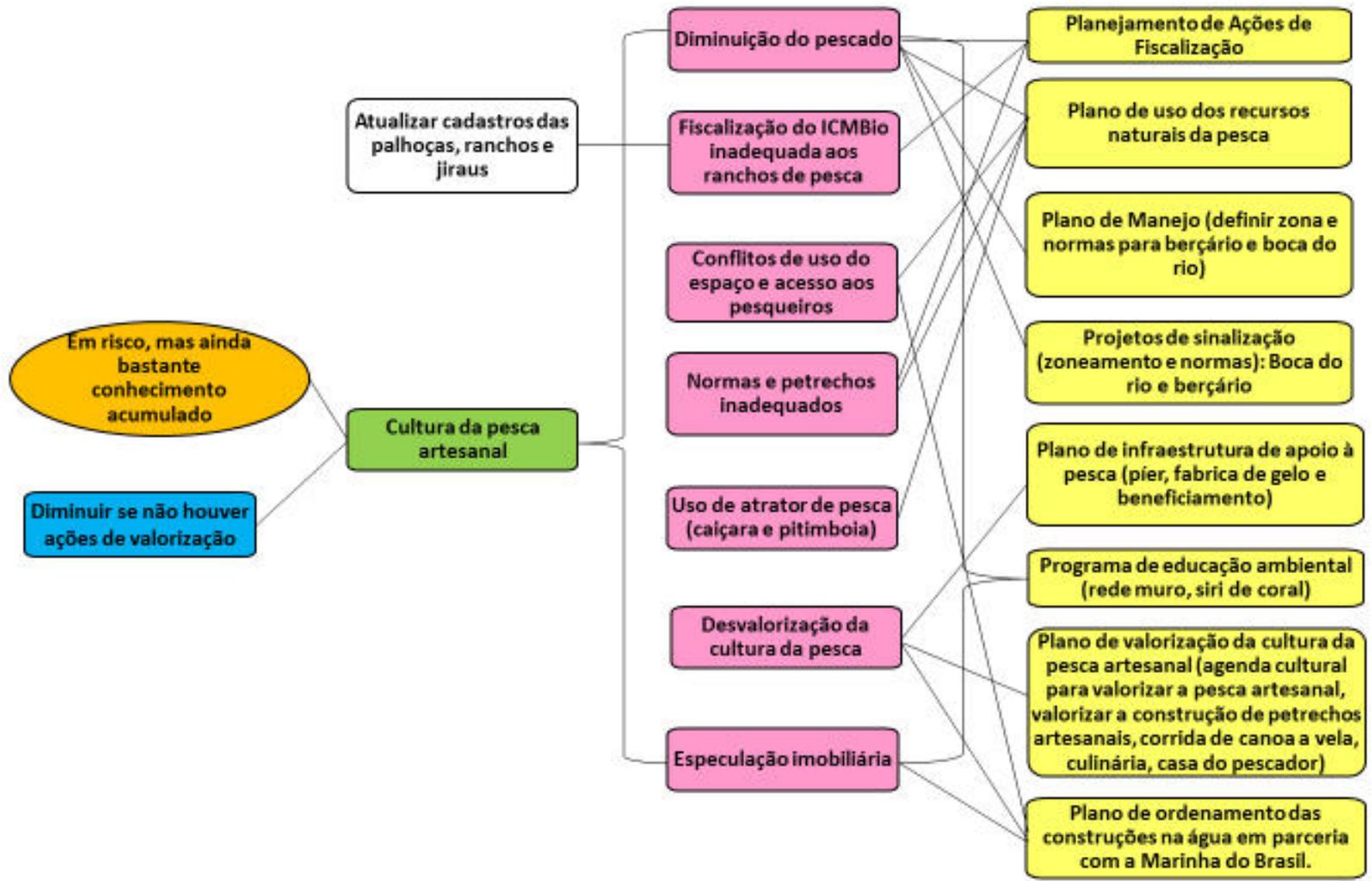
Ticuca: Arte de pesca passiva, possuindo formato de funil circular feito com vergalhão de ferro, entalhado a uma rede, a qual fica presa a uma bóia. A ticuca fica disposta próximo ao fundo e geralmente são utilizadas iscas naturais como macaxeira ou côco. Pode ser colocada de forma individual ou em série, com distância que varia 2 e 5 metros entre elas.

Anexo I. Diagramas de análise dos Recursos e Valores Fundamentais (RVF) da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.

RVF “Carapeba”.



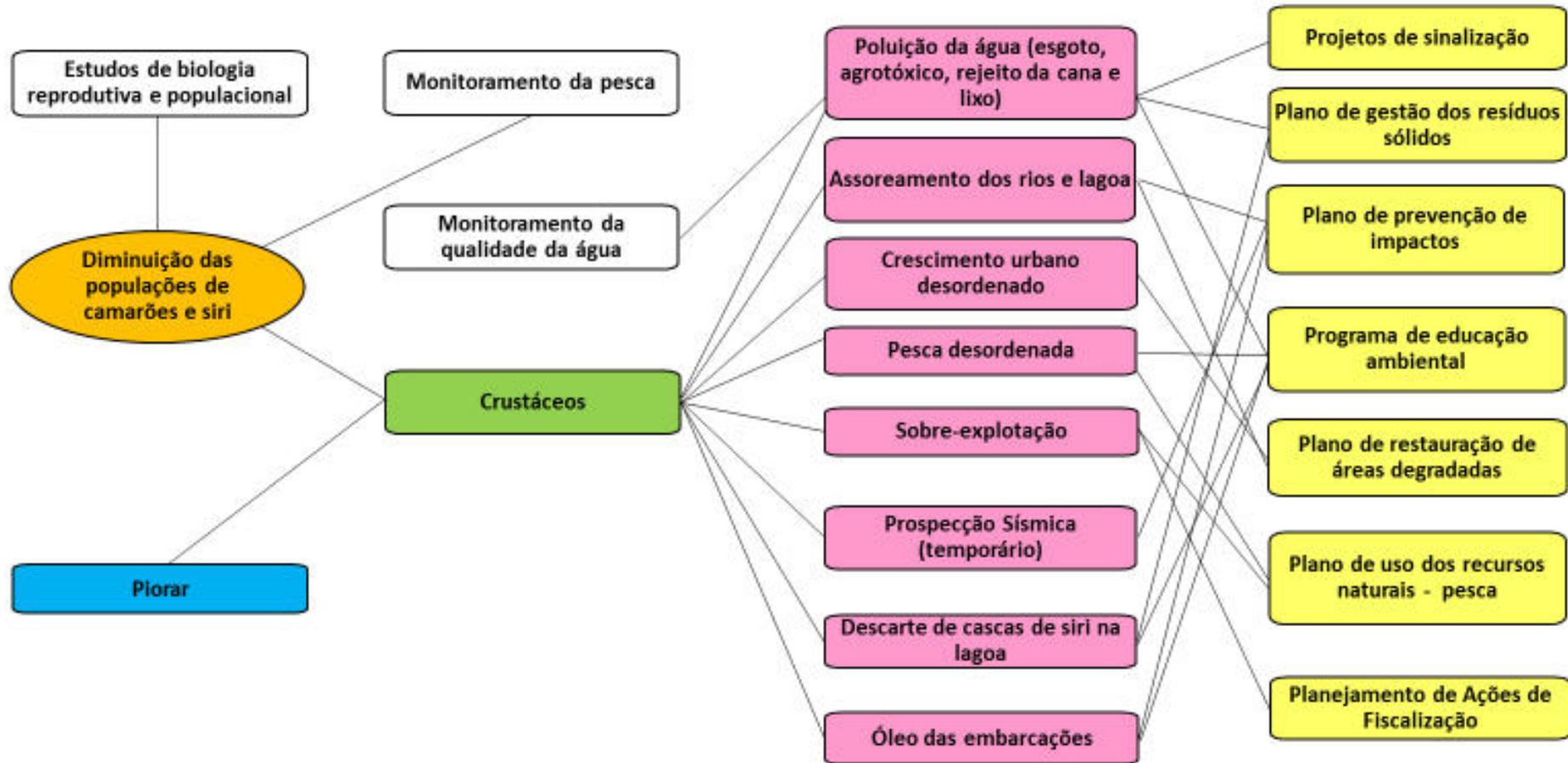
RVF “Cultura da Pesca Artesanal”



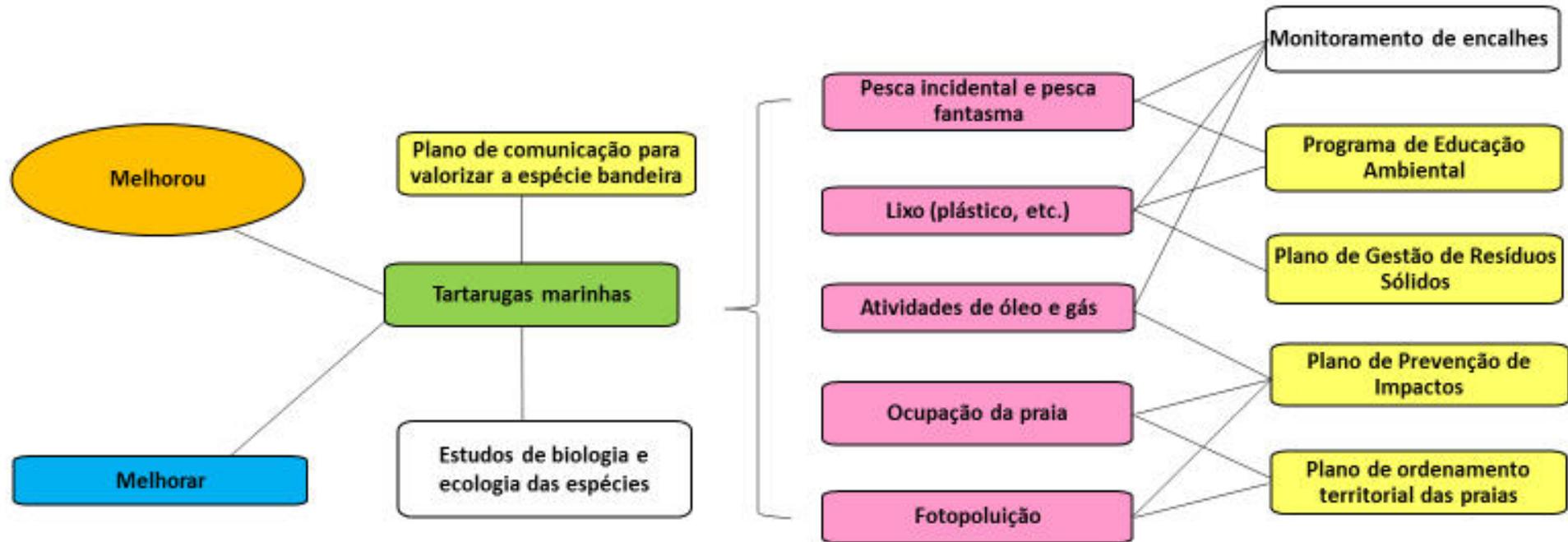
RVF “Beleza cênica e turismo de base comunitária”.



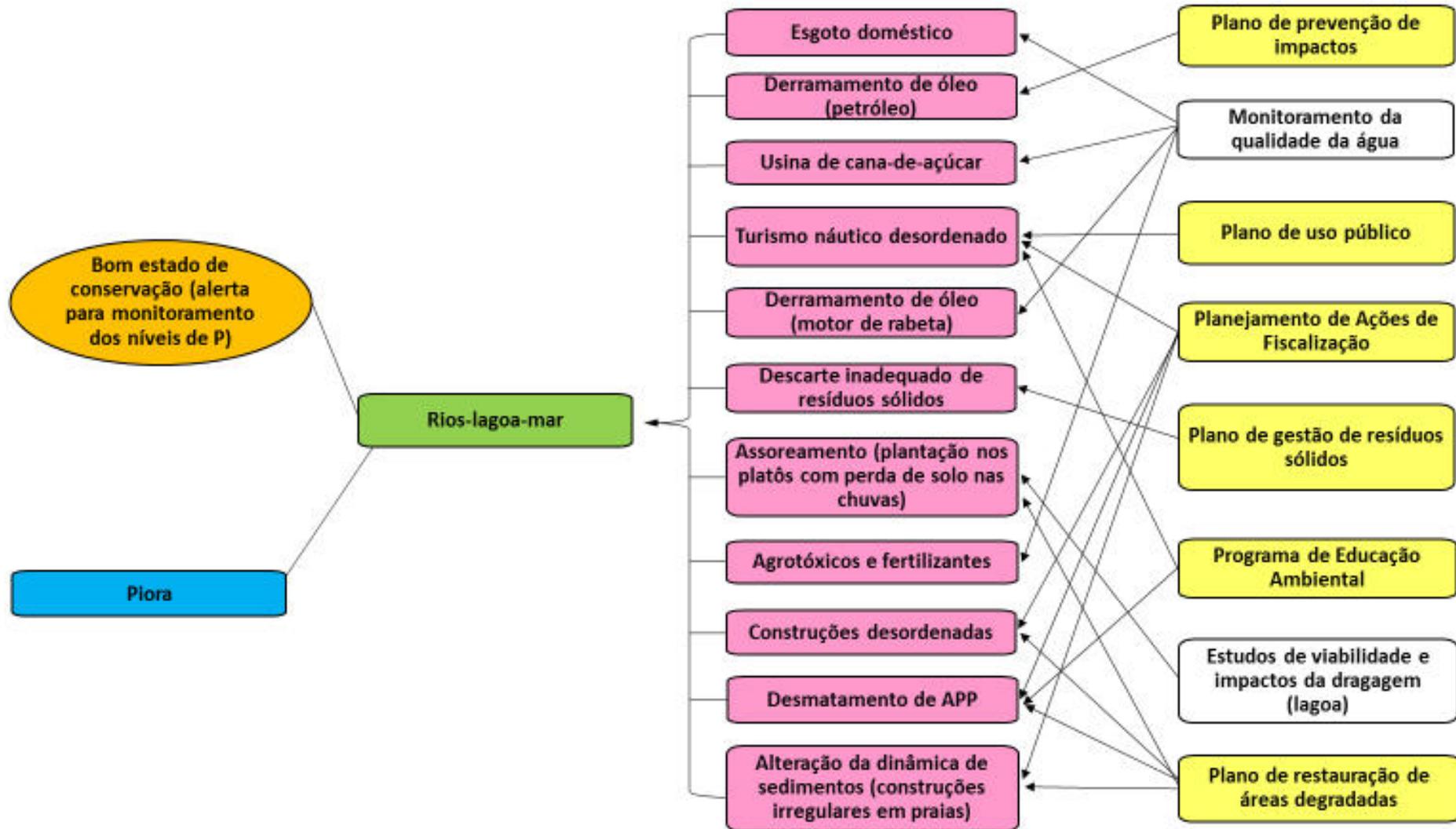
RVF "Crustáceos"



RVF "Tartarugas marinhas"



RVF "Rios-lagoa-mar"



RVF "Manguezais"

